

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia

ADRIANA MARIA DA SILVA

A *VIRTÙ* E O BOM GOVERNO EM "O PRÍNCIPE", DE
MAQUIAVEL.

TOLEDO

2013

ADRIANA MARIA DA SILVA

A *VIRTÙ* E O BOM GOVERNO EM "O PRÍNCIPE", DE
MAQUIAVEL.

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Jadir Antunes.

TOLEDO
2013

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S586v Silva, Adriana Maria da
A virtù e o bom governo em “O Príncipe”, de Maquiavel /
Adriana Maria da Silva. -- Toledo, PR : [s. n.], 2013.
94 f.

Orientador: Prof. Dr. Jadir Antunes
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Humanas e Sociais.

1. Maquiavel, Nicolau, 1469-1527. O Príncipe – Crítica e
interpretação 2. Ciência política 3. Filosofia política 4. Estado
moderno 5. Filosofia italiana 6. Poder (Filosofia) I. Antunes, Jadir,
Orient. II. T.

CDD 20. ed. 195
320.01

ADRIANA MARIA DA SILVA

A *VIRTÙ* E O BOM GOVERNO EM "O PRÍNCIPE", DE
MAQUIAVEL.

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Jadir Antunes.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jadir Antunes - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Prof. Dr. José Luis Ames – Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Prof. Dr. José Antônio Martins - Membro
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Toledo, 08 de fevereiro de 2013.

Aos meus pais, Maria e José,
pelos ensinamentos, apoio e
amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo amor, esforço e compreensão durante este período de pesquisa.

Ao meu irmão, Robson, pelo auxílio e suporte nas questões relacionadas à informática, e pelo exemplo de superação que sempre levarei comigo.

Ao professor e orientador Dr. Jadir Antunes, por ter aceitado orientar esta dissertação de maneira tão generosa e, acima de tudo, pela confiança em meu comprometimento em finalizar esta pesquisa.

Expresso gratidão também à minha família, por tudo. Quero dizer a todos os meus amigos, que me acompanharam na vida e na filosofia, vocês são interlocutores fundamentais das motivações desta pesquisa e, muito mais, em especial Micheli Santos, Lílian Argento, Michelle Nardino, Beatriz Felicetti, Fabiane Libardi, Franciele Lopes, Patrícia Schneider, Viviane Fernandes, Fabiana Benetti, Gerson Vasconcelos Luz, Jaqueline Roman, Lidiane Silvestre e tantos outros que marcaram estes anos de estudos com sua amizade, contribuição, alegria e seu tempo.

Ao professor Dr. José Luiz Ames sou grata por me instigar na graduação a meus primeiros passos e interesse pelas Filosofia Política, em especial a motivação pelos estudos em Maquiavel, e pela seriedade e dedicação que serve de exemplo a todos nós. Também pelos muitos textos traduzidos e que me ajudaram na elaboração deste trabalho e por sempre “tirar um texto cartola”.

Aos membros da banca de qualificação, Dr. José Luiz Ames e Dr. José Antônio Martins, pelas valiosas dicas, sugestões, orientações e materiais disponibilizados.

Agradeço também ao programa de pós-graduação em Filosofia da UNIOESTE. À Capes pelo breve, mas não menos importante, apoio financeiro prestado durante diferentes etapas desta pesquisa.

A todos os professores do Mestrado em Filosofia da Unioeste, especialmente àqueles que me ministraram aulas e que, de uma ou de outra forma, me ajudaram a pensar este trabalho.

Aos meus colegas de turma, pelas conversas, discussões e sugestões.

Aos alunos do estágio de docência (3ºano noturno do Curso de Filosofia da UNIOESTE - 2012) e à professora Fabiana Benetti e ao professor Dr. Tarcilio Ciotta, pela oportunidade de estar em sala de aula e perceber como é gratificante a profissão de ensinar.

À Natália, Edna e Maria, preciosas aliadas na Secretaria e Biblioteca do Mestrado, agradeço pela incrível disponibilidade, competência e solicitude.

Em especial, meus agradecimentos à amizade nascida através da filosofia com Josete Soboleski. Meu agradecimento especial ao seu companheirismo, atenção, pelas conversas filosóficas, pelas alegrias e tristezas compartilhadas no decorrer desta pesquisa, sem dúvidas a filosofia me trouxe dois presentes: o amor pela ciência política e uma amizade magnífica.

Ao revisor Célio Escher, pelo valioso amparo, pelo apoio, incentivo e pela disponibilidade frente à exiguidade do tempo.

Em especial, aos alunos do “Grupo de estudos em Maquiavel” do Colégio Estadual Prof. Victorio de 2012 que com sua dedicação, empenho e comprometimento me estimularam a seguir e finalizar esta pesquisa.

A todos aqueles amigos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este sonho fosse concretizado.

À Unioeste, pela acolhida e pela confiança depositada.

"A virtù é a resposta que o homem dá ao mundo, ou antes, à constelação da fortuna em que o mundo se abre, se apresenta e se oferece a ele, à sua virtù. Não há virtù sem fortuna nem fortuna sem virtù; a integração entre elas indica uma harmonia entre o homem e o mundo" (Hannah Arendt)

SILVA, Adriana Maria da. *A virtù e o bom governo em “O Príncipe” de Maquiavel*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa tem como questão central compreender o significado aplicado por Maquiavel ao termo *virtù*. O desafio deste trabalho é o de desvendar a causa verdadeira do sucesso das atitudes políticas, ou seja, de revelar como o conceito *virtù* diz respeito ao comportamento dos homens que lideram o corpo político, comportamento cujas qualidades determinam os resultados positivos ou negativos da ação política de quem governa, independentemente de suas virtudes pessoais ou religiosas. Encontrando resultados e extraindo lições, ensinamentos e exemplos a serem seguidos, Maquiavel oferece perspectivas para os modos de agir no cenário político. A *virtù* se constitui e se torna efetiva somente com a participação da *fortuna*, por isso o objetivo de nossa exposição será o de analisar a relação entre determinação e indeterminação existente entre esses dois polos que dominam a arte de governar.

Palavras-chave: Maquiavel, *virtù*, *fortuna*, bom governo.

SILVA, Adriana Maria da. *The virtù and good governance in “The Prince” in Machavelli’s*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

ABSTRACT

This research has as a central issue to comprehend the meaning applied by Maquiavelli to the *virtù*'s term. The challenge of this work is to uncover the true cause of the success of political attitudes, in other words, to reveal as a concept *virtù* relates to the behaviour of men who lead the politics, a behaviour that its qualities determine the positive or negative results of the politic actions to whom governs it, regardless of their personal or religious virtues. Finding results and extracting lessons, knowledge and examples to be followed, Maquiavelli offers perspectives to the ways of acting in the political scenery. *Virtù* constitutes and becomes effective only with the *fortune* participation, that is why the objective of our exposition will be to analyze the relashion between determination and indetermination that exists between this two polos that dominate the art of governing.

Keywords: Maquiavelli, *virtù*, *fortune*, well-government.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CONCEITO DE <i>VIRTÙ</i> MAQUIAVELIANA	16
1.1 A <i>VIRTÙ</i> E A RELIGIÃO	16
1.2 DA VIRTUDE À <i>VIRTÙ</i>	22
1.3 A IMITAÇÃO E O RESGATE DA <i>VIRTÙ</i>	30
1.4 CRITÉRIOS DE CONDUTA DO PRÍNCIPE DE <i>VIRTÙ</i>	34
1.4.1 A <i>virtù</i> do governante: ser e parecer ser.....	34
1.4.2 O papel político da religião enquanto <i>Instrumento Regni</i>	41
1.4.3 A <i>virtù</i> do príncipe com boas armas e o povo.....	49
2 A <i>VIRTÙ</i> E OS MODELOS DA AÇÃO POLÍTICA	53
2.1 MOISÉS: A RELIGIÃO E POLÍTICA NO DESERTO.....	54
2.2 O CASO SAVONAROLA.....	58
2.3 CÉSAR BÓRGIA E AS AÇÕES APROPRIADAS.....	64
3. A ACEPÇÃO DE <i>FORTUNA</i>	70
3.1. A MITOLOGIA DA <i>FORTUNA</i>	70
3.2 O CONFRONTO ENTRE <i>VIRTÙ</i> E <i>FORTUNA</i>	78
CONSIDERAÇÃO FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

A ideia central desta pesquisa é compreender o significado aplicado por Maquiavel ao termo *virtù*. Para tanto, uma investigação e análise criteriosa dos textos do pensador florentino se fazem necessárias. O desafio deste nosso trabalho é o de desvendar a causa verdadeira do sucesso das atitudes políticas, ou seja, de revelar como o conceito de *virtù* diz respeito ao comportamento dos homens que lideram o corpo político, comportamento cujas qualidades determinam os resultados positivos ou negativos da ação política de quem governa, independentemente de suas virtudes pessoais ou religiosas. Encontrando resultados e extraindo lições, ensinamentos e exemplos a serem seguidos, Maquiavel oferece perspectivas para os modos de agir no cenário político. É necessário também analisar, juntamente com o termo *virtù*, o termo *fortuna*,¹ pois é no campo da ação política que observamos a composição e a oposição, o fortalecimento e o fundamento desses conceitos.

Para Maquiavel, o que interessa são as ações capazes de conduzir o governante ao êxito político, e ele sugere que aquelas que podem encaminhá-lo à conquista ou à manutenção do poder dizem respeito à *virtù*. Não se referia ele exatamente ao sentido corrente que o termo assumia em seu tempo, mas aos sentidos que assume a partir de suas escritas. Para isso, Maquiavel apresenta e utiliza, em sua concepção de *virtù*, um novo significado, rompendo, portanto, com a tradição e conceitos dos antigos.

Para fundamentar esta pesquisa podemos empreender a tarefa contando com o apoio de uma extensa lista de intérpretes em Maquiavel, dentre eles Claude Lefort, Genaro Sasso, Maurizio Viroli, Roberto Ridolfi, Quentin Skinner, Pocock, entre outros, juntamente com a interpretação dos textos maquiavelianos propriamente dita. A partir desse esforço interpretativo, poderemos encontrar evidências que comprovam a hipótese do uso do termo *virtù* como alicerce no plano das ações políticas e na arte de governar.

A *virtù*, tal como veremos, assume concepções variadas e distintas, mas, no que diz respeito aos principais objetivos do governante, tende a se referir às questões políticas e militares, sentidos esses que se tornam o motivo desta pesquisa. Afirma-se isso porque é no campo da *virtù* que o Príncipe pode-se tornar um sujeito de vitórias ou de fracassos diante de situações inusitadas, que frequentemente se apresentam ao ator político, pois é natural,

¹ Os termos *virtù* e *fortuna*, por serem fundamentais ao pensamento de Maquiavel, serão conservados em sua grafia original e em itálico. A tradução muitas vezes adultera esses conceitos substituindo-os por virtude ou sorte fazendo-os perder seu sentido bem mais amplo.

no palco da política, os homens se depararem com a imprevisibilidade, esta descrita por Maquiavel como sendo os percalços da *fortuna*. Investigar a relação da *virtù* do governante e seu modo de agir, especificamente os modos de atuar perante determinadas ações, capazes de conduzi-lo ao sucesso ou ao fracasso, são os principais objetivos desta pesquisa.

Para melhor compreender a inteligibilidade da *virtù* por parte daquele que governa pretendemos abordar, no primeiro capítulo, questões relevantes para esta pesquisa, pois, ao apresentar o termo *virtù*, Maquiavel rompe com valores e seus significados da tradição cristã e religiosa, fazendo com que a ideia de *virtù* se modifique e passe a carregar sentidos alterados. No primeiro momento deste trabalho abordaremos a diferenciação do conceito de virtude na tradição religiosa e os novos significados adquiridos propostos por Maquiavel. Acreditamos que essa abordagem nos ajudará a compreender melhor a especificidade que a *virtù* assume em seu pensamento.

No decorrer da obra "O Príncipe", Maquiavel discorre sobre as diferentes habilidades de governar, apresentando, assim, modelos e formas de governar que se tornam relevantes para a compreensão deste trabalho. O autor também se remete aos exemplos da fronteira do mundo antigo. Para tanto, procura resgatar o passado não só como fonte de inspiração, mas também como fonte de conhecimento do agir, e é através desse resgate e dessa imitação aos antigos que o autor busca conhecer fatos, atuações e condutas que contribuam na orientação das ações presentes e na possibilidade de evitar erros, promovendo assim a glória de um bom governo.

Ao realizar o rompimento entre os termos *virtù* e virtudes cristãs, Maquiavel apresenta uma participação relevante da religião para a política. O autor faz uma abordagem da religião e não trata do assunto dentro de valores teológicos, mas com uma grande relevância e importante instrumento para a formação e manutenção de uma vida coletiva em favorecimento a cidade. Para Maquiavel, a religião ensina a reconhecer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso e participa na condução dos cidadãos ao patriotismo. A religião como *instrumentum regini* a serviço do governante desempenha uma função normativa e educadora, além de que estabelece hierarquias e ordenamentos organizacionais.

Maquiavel considera o uso da força tomando por pressuposto a questão da representação. Seus textos sugerem, mediante exemplos contemporâneos, a necessidade de uma imagem do governante no âmbito da política da aparência. Assim, portanto,

abordaremos a questão da aparência como um complemento de habilidade dos homens que possuem *virtù*, pois, para Maquiavel, a simulação caracteriza o âmbito da política e é a partir dela que as ações dos líderes são julgadas. A imagem é construída para e por meio da política. Sendo assim, o governante pode ou não ser bem sucedido quanto aos efeitos que ele deseja que suas ações tenham, e essa correspondência tende a se efetivar na mesma proporção da habilidade do governante de lidar com as questões relativas à aparência, ou seja, é proporcional a existência de capacidades de sua *virtù*.

Outra abordagem é a questão das armas em O Príncipe de Maquiavel, pois para o pensador florentino as armas também são consideradas como instrumento necessário nas realizações das ações políticas. Desta forma, a importância das armas é ressaltada como uma necessidade de garantia de uma ação eficaz e de bons resultados políticos. A força organizada dentro de uma organização militar eficiente é fundamental para fornecer poder necessário para garantir a proteção dos súditos e a existência territorial. Em O Príncipe, Maquiavel apresenta as boas armas como um dos fundamentos indispensáveis para garantir qualidade para todos os principados, além de ser indicado como de proporcionar segurança para o dirigente e garantir o valor efetivo para as leis instauradas dentro de um território.

Em um segundo momento da pesquisa, e dando sequência à ideia central deste trabalho, que é a compreensão da especificidade do termo *virtù*, trabalharemos alguns modelos e não-modelos de dirigentes apresentados por Maquiavel como ações e experiências que foram consideradas referências de erros ou acertos de homens que estiveram na liderança política e alcançaram, de certa forma, alguns exemplos de ações de *virtù*. Na análise desses personagens históricos, selecionamos para esta pesquisa três exemplos para complementar o pensamento central deste trabalho. O primeiro personagem apresentado e referenciado por Maquiavel em sua obra é a figura de Moisés, que, considerado pelo autor um exemplo de líder digno de imitação, alcançou, através da habilidade de governar, favorecimentos aos seus comandados, e soube utilizar a religião juntamente com a política para ordenar seu povo, mas que também teve agilidade de se utilizar da força e armas no momento apropriado. Outro caso apresentado pelo florentino em sua obra é o caso de Savonarola, personagem político contemporâneo de Maquiavel, frade tomista, profeta e ortodoxo, que ganhou poder pelos discursos religiosos de cunho político. No caso de Savonarola, no entanto, quando apontada à necessidade de se utilizar de armas e forças, ele não o fez, perdendo assim a confiança de sua multidão, pois não dispunha de meios para manter firme sua ordem.

Outra lição registrada pelo pensador florentino é o caso de César Bórgia, em relação ao qual Maquiavel relata a trajetória e a habilidade de lidar com as conquistas territoriais através de sua *virtù*, por isso realizou conquistas institucionais e implantou novas ordens em lugares em que não havia mais meios outros senão os das armas e da força para conseguir o intento. Utilizou-se da coragem e da destreza para fundar e implantar a legitimação de novas ordens em suas ações nas lideranças. No capítulo VII de "O Príncipe", Maquiavel descreve ações desse condutor e elogia o emprego da força extrema utilizada por Bórgia no momento necessário. Nessas escritas, o autor parece reconhecer a necessidade do uso da força empregada por determinados comandos, e parece apontá-la como determinante para as conquistas e manutenção do poder. Notamos, portanto, em seus registros, que a *virtù* do príncipe depende da elaboração e da disposição de armas para a proteção e a manutenção do poder e da conservação da boa ordem.

A manutenção da capacidade de influência nas atuações políticas requer a utilização de um conjunto de estratégias, de técnicas e de ações amplas com grandes efeitos para dominar a inclinação dos indivíduos a agirem por seus interesses peculiares. Por isso, depende da *virtù* do dirigente a aplicação dos meios adequados à normalização das ações constrangedoras, criadas pelos próprios cidadãos na esfera do campo político. Mesmo assim, no entanto, por maior que seja, a *virtù* não controla plenamente todos os fatores casuais dos espaços coletivos. Há sempre um meio de indecisões que Maquiavel apresenta sob a noção de *fortuna*. Diante de uma ação política que se desenrola num campo marcado pela incerteza, exigem-se daquele que governa ações necessárias à sua preservação. O governante deverá ter habilidades para lidar com as variações das circunstâncias. Então nos deparamos com o questionamento de como Maquiavel resolve a relação de oposição e composição entre esses dois polos e quais são suas estratégias e técnicas na manutenção do poder?

Diante disso, para Maquiavel o desafio teórico de um homem de *virtù* é a prevenção e precaução das ações da *fortuna*, levando em conta os desafios que também determinam os desdobramentos e as conjunções de fatores. Maquiavel exhibe, em sua obra, possibilidade de análise e reflexões sobre ações assertivas construídas através dos dirigentes do passado. As principais constatações de Maquiavel referem-se aos sucessos obtidos pelos antigos na arte de governar. O secretário florentino elege os romanos como modelo de análise exatamente por terem sido capazes de tirar proveito dos conflitos internos e afrontar os externos, freando, assim, a impetuosa *fortuna*.

A *fortuna* não é puramente negativa, pois é no bloqueio de suas ameaças que se desenvolve a *virtù*. A manifestação da *fortuna* desperta possibilidades para a ação humana e é vislumbrando as ocasiões e aproveitando-se delas que se pode vencer a adversidade. Como a *fortuna* pode devastar tudo com sua fúria, ela também dá chances para os dirigentes mostrarem sua grandeza. Maquiavel declara que a oportunidade que o homem de *virtù* tem para construir sua grandeza se realiza através da *fortuna*.

Diz ainda Maquiavel que, de fato, a maioria dos que chegaram à grandeza e dos que ficaram pelo caminho seguiu a direção imposta pela *fortuna*, que lhes deu ou retirou oportunidades de mostrar o seu valor. Quando a *fortuna* escolhe um homem para grandes realizações, então ela se detém em um homem de *virtù* que percebe com rapidez as oportunidades que lhe são oferecidas. Desse modo, perante os obstáculos da *fortuna*, os homens não devem desanimar ou temê-la. Os homens não podem perder a esperança ou se entregar, mesmo nas mais diversas circunstâncias. A coação dessa aparente fatalidade é a provação da *virtú*, pois quanto menos existir em um homem, mais facilmente ele será destruído. A ausência da *virtù* significa o infortúnio e quanto mais os homens se mostrarem fracos e covardes, mais a *fortuna* manifesta sua força e seu domínio. É a partir desse confronto que o pensador florentino elabora os modelos de homens de *virtù* que se destacaram ao enfrentarem a inclemência da *fortuna*. Quanto maior e mais adequada for essa capacidade, maior será o poder de ação e menor será a influência da *fortuna*.

Prestando atenção aos muitos capítulos da obra "O Príncipe", capítulos nos quais Maquiavel nos fala desses dois conceitos, acabamos convencidos de que a melhor maneira de compreendê-los é tomá-los juntos, pois vitória e derrota estão sempre no plano da harmonia entre *virtù* e *fortuna* e em uma secreta habilidade no curso dos acontecimentos da arte de governar.

1 O CONCEITO DE VIRTÙ MAQUIAVELIANA

Considerado um dos pais da filosofia política moderna por tentar desligar a política do poder do domínio da moral (ética) e da religião (instituição), Maquiavel converteu a política em um campo de estudo autônomo. Sendo assim, a questão da ação do governante no âmbito público parece percorrer toda a obra de Maquiavel. O autor recorre a acontecimentos e a experiências vivenciadas pelos homens ao longo dos tempos. Sendo assim, parece-nos ser um ponto de partida significativo, no estudo da definição de *virtù*², considerar esse desvencilhamento da tradição antiga, especificamente o desvencilhamento dos estudos políticos em relação à religião. O conceito de *virtù* em Maquiavel tem uma conotação política, no qual indica virilidade, no sentido de que os indivíduos com tal qualidade são definidos fundamentalmente pela capacidade de impor sua vontade em situações de grande dificuldade, por meio de uma combinação de natureza humana, força e cálculo, ou seja, a *virtù* é empregada para indicar todo aquele complexo de aptidões que permite a determinados homens se destacarem sobre a mediocridade geral e impor às coisas o rumo por eles decidido. O objeto de estudo deixa de ser as ações que atuam perante o bem ou o mal moralmente e que se sustentam dentro de um fundamento divino, para fundamentar-se na ação política por ela mesma. Os dirigentes e suas ações políticas deixam de se ocupar com julgamentos e condutas vinculadas a preocupações religiosas e passam a seguir um pensamento de relações com ele mesmo, ou seja, a política e o poder pensados em seu próprio espaço.

1.1 A VIRTÙ E A RELIGIÃO

Ao começarmos o estudo da *virtù* e sua relação com o pensamento de Maquiavel, de pronto nos deparamos com uma questão relevante e que contribuiu, na opinião do pensador florentino, para explicitar a relação dos conceitos de *virtù* e de virtude. Trata-se da questão da religião e, em específico, do tema relacionado ao cristianismo. Maquiavel,

² Ao diferenciar *virtù* de virtudes cristãs, Maquiavel deixa clara sua discordância com a tradição do pensamento político anterior a ele, passaremos a utilizar o termo *virtù* em itálico, para diferenciar o conceito e seu rompimento com o conhecimento existente no passado e da época.

no decorrer de suas obras, expressa grandes críticas ao cristianismo e, em especial, à Igreja Católica Romana.

O ambiente que Maquiavel constata e critica na Itália de seu tempo é exatamente a corrupção e os maus exemplos da Igreja, maus exemplos que extinguiram toda devoção e toda religião. Entre outras coisas, critica o enfraquecimento dos bons costumes e o descrédito das leis junto ao povo, e, por último, a degeneração do país em virtude do espírito religioso do povo. Para Maquiavel, a diferença essencial entre a educação antiga e a atual deve ser buscada essencialmente no fundamento da distinção entre a religião antiga, a pagã, e a atual, a cristã, pois:

Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga. (*Discursos*, II, 2, p. 189)

Ao tratarmos da *virtù* e sua relação com a virtude esbarramos necessariamente na relação entre Maquiavel e a religião, pois o conceito de virtude praticamente se define e se concretiza no terreno cristão e, mais especificamente, no catolicismo e na Igreja. Desse modo, contextualizar o cristianismo no tempo de Maquiavel é necessário para que possamos analisar a situação sob a qual ele viveu e escreveu suas obras, e, posteriormente, analisarmos o conceito de virtude em sua época.

O problema é que Maquiavel não analisa a religião como uma dificuldade própria do âmbito religioso, mas, sim, a religião que eleva valores como o desdém pelas coisas do mundo, a punição numa esfera pós-morte e o agir político, isso influencia de uma forma negativa no agir do campo da política. Pois, além da elevação de valores errados, a Igreja sustenta a crença de uma virtude puríssima que poderia ser alcançada a partir da abstinência aos pecados do mundo terreno e real, ou seja, o afastamento dos indivíduos do mundo das coisas, passando a viver e tomar como parâmetro o mundo divino. Sobre este papel negativo que a Igreja exerce na política de seu tempo, Maquiavel nos diz:

[...] quando Valentino – nome popular de César Bórgia, filho do Papa Alexandre – ocupava a Romanha, dizendo-me ele que os italianos não entendiam de guerra, expliquei-lhe que os franceses não entendiam de Estado, pois se entendessem não teriam consentido à Igreja tamanha grandeza. (*O príncipe*, III, p. 16)

De acordo com sua afirmação, observamos o desprezo de Maquiavel pela maneira como a Igreja exercia seu poder sobre as questões do Estado, pois todo o desejo de unificação da Itália de viver um Estado forte e poderoso ficava em segundo plano devido a uma religião que visava um mundo divino imaginário.

Temos, portanto, de um lado, a religião antiga e seus valores que condizem com os interesses da república e, de outro, a Igreja com seu clero corrupto e seus valores intransigentes. A religião difundida em seu tempo era o que havia de mais perigoso não só na política, mas até em si própria, pois esta, além de não cumprir com a pregação de seus valores cívicos também se tornava pernicioso para a vida política, no sentido de não estimular a participação dos cidadãos vida política. A Igreja havia invertido o papel da religião. Contaminada, ela educava os cidadãos para serem homens medrosos e covardes, ao contrário da religião antiga que, para Maquiavel, tem um papel fundamental. Pois, o que tanto incomoda o pensador florentino não é a religião educadora que se empenha para tornar os homens “melhores” e sim a Igreja corrupta de seu tempo, que fazia uso disso para as satisfações individuais de seus chefes de Igreja.

A diferença entre as religiões antiga e cristã são claras. O paganismo agia no sentido de tornar os homens fortes e tenazes, tornando-os patriotas e cheios de ferocidade. Direcionando o amor a este mundo, tornava-se fácil a dedicação ao bem comum e o culto à pátria. O cristianismo, ao contrário dessa atitude, inspirava aos homens o desprezo pelo mundo terreno, trocando-o pela busca pela glória celeste, criando “[...] nos homens uma dupla cidadania que os dilacerava e os fazia perder as virtudes do mundo”,³

Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo por que os gentios, que as estimavam muito e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações [...] A religião antiga, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e os príncipes de repúblicas. A nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos. Além disso, vê como sumo bem a humildade, a abjeção e o desprezo pelas coisas humanas, enquanto para a outra o bem estava na grandeza de ânimo, na força do corpo e em todas as coisas capazes de tornar fortes os homens. (*Discursos*, II, 2, p. 190)

A cerimônia dos cristãos é contemplativa e defende uma vida humilde e simples, alheia à relação que os homens vivem no dia a dia. A única coragem que o cristianismo estimula nos homens é torná-los capazes de suportar os sofrimentos e as desventuras:

³ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 214.

E, se nossa religião exige que tenhamos força é mais para suportar a força de certas ações do que para realizá-las. Esse modo de viver, portanto, parece que enfraqueceu o mundo, que se tornou presa dos homens celerados; e estes podem manejá-lo com segurança, ao verem que o comum dos homens, para ir ao Paraíso, pensa mais em suportar as suas ofensas que em vingar-se. (Discursos, II,2, p. 190)

Nesse sentido, a força e a grandeza do Estado dependem da personalidade, da força de seus cidadãos, e da maneira de como as religiões constituem o caráter, o sentimento, a devoção e o amor dedicado ao bem comum da pátria. Maquiavel apresenta que a diferença de religião está na capacidade de tornar os homens corajosos e plenos de vigor, com força e decisão para atuarem num plano que é no mundo terreno e extremamente ligado aos fatos do Estado, que é a política. É com os requisitos da força e da coragem que se pode alcançar a glória e a honra mundanas. Nas palavras de Ames (2002), Maquiavel desloca o foco da discussão do ângulo teológico para o político, afirmando que toda religião, inclusive a cristã, deve ser julgada em relação a um fim que não é especificamente religioso, mas político, a dedicação ao bem comum, cuja forma mais elevada é o amor à pátria.⁴

Ocorre que o cristianismo não entendia e não entende dessa forma. Suas cerimônias conduziam os fiéis por caminhos diversos daquele da glória e da vigorosidade humana, alimentando forças apenas para suportar os males infringidos pelo mundo, com humildade e espírito de submissão. As religiões são de procedência humana e não divina, como pretende ser o cristianismo e, por esse motivo, seguem, como todas as coisas humanas, a lei inelutável da geração e da corrupção.⁵ Por isso, Maquiavel tece suas críticas à Igreja cristã, especificamente na maneira de como o papado se comportou diante dos princípios fundadores do cristianismo, na incoerência das ações dos bispos e religiosos em geral em relação à doutrina a que estão submetidos pela religião que professam. Os maus exemplos daqueles, em última instância, desautorizam o que eles próprios defendem nas pregações e ensinamentos.

No primeiro livro dos Discursos, Maquiavel expõe sua análise para a distinção entre a religião e a Igreja católica e afirma:

Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabeleceu, os Estados teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital de nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinarmos o espírito primitivo da religião,

⁴ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 215.

⁵ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 221.

observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento de sua ruína e do seu castigo. (Discursos, I, 13, p. 56)

Assim, a religião difundida em seu tempo era o que havia de mais prejudicial não só à política, mas até a si mesma. A Igreja inverteu o papel da religião. Prejudicada, tratava de tornar os homens medrosos, covardes e corruptos, ou seja, deseducando os cidadãos. É preciso manter a integridade da instituição religiosa. Sendo assim, a danificação que nela se instaurou só contribuiu para afastar os fiéis e para diminuir sua crença.

A religião tem um peso muito grande para Maquiavel no que diz respeito à transformação dos valores de um povo e, por causa disso, desempenha influência direta na resolução do Estado. Por todos esses fatores, Maquiavel afirma que o governante deve se comprometer para conservar a religião de seus fundadores, para manter a conservação e a permanência em seu governo.

Nas palavras de Lefort (1972), Maquiavel escrevia sem piedade contra a Igreja católica, acusando-a de ter rompido os costumes do povo e de ter feito a desgraça da Itália ao impedir a conquista de sua unidade:

Sem dúvida é notado de passagem que, se a religião se tivesse mantido, nos começos da República cristã, seguindo os princípios de seu fundador, os Estados modernos seriam mais unidos e mais felizes; mas a ironia da observação não poderia escapar, tanto que ele está seguro que sua função é apreciada em termos de eficácia política. (LEFORT, 1979, p. 492)

Essa exaltação devastadora do cristianismo é ainda mais condenável, porque se nutre do descrédito lançado sobre esse mundo e da vã esperança do além. A crítica mais forte é dirigida particularmente aos seus dirigentes, pois eles, sob o pretexto de travar uma guerra santa, praticavam as piores atrocidades com o único objetivo de alimentar a ambição política de seu domínio. Maquiavel opõe-se à religião dos Modernos fundada sobre o poder de uma Igreja à qual interessam unicamente seus interesses privados e cuja política consiste, conseqüentemente, em dividir os Estados e em enfraquecê-los.⁶

A crítica que Maquiavel dirige à Igreja católica não é um ataque ao cristianismo em si, no entanto os líderes de sua época não representavam o poder religioso como deveria ser surgindo assim, preocupações particulares e isoladas das participações políticas. O que ocorre é que, para ele, a religião católica perdeu a condição de exercer as funções políticas relacionadas ao auxílio na manutenção de uma vida de *virtù*, na garantia da unidade do

⁶ Cf. LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 492.

povo, na disciplina social e no cultivo dos bons costumes. A Igreja católica romana perdeu a condição de servir de modelo de *virtù* política e de exemplaridade.

Sendo assim, a religião é de extrema importância para Maquiavel. Em momento algum em suas obras subestima seu valor, pois a religião é de extrema seriedade, e é nela que também se podem fundar bons costumes, com os quais ela exerce um forte poder de coerção. Nos “Discursos”, Maquiavel nos diz, por exemplo, que os povos romanos respeitavam seus juramentos mais ainda que as leis, convencidos que estavam sobre a potência dos deuses e que esta é maior do que a dos homens. Percebemos que a religião tem seu papel fundamental para a constituição de virtudes no indivíduo, porém é necessário analisarmos se essas virtudes tornam um cidadão detentor de aptidões e habilidades necessárias para a execução das ações dentro da esfera política.⁷

Assim, portanto, ao desconsiderar as habilidades dos homens de virtudes, o pensador florentino constrói um novo termo para reafirmar a necessidade de um cidadão com mais capacidades e com maiores ações necessárias para enfrentar o campo político, e é então que Maquiavel apresenta o termo *virtù*. O termo novo é apresentado para se contrapor aos significados antigos e religiosos de virtude.

O conceito de *virtù* maquiaveliano nos apresenta várias dificuldades, isso devido à grande variedade de sentidos com que ele se apresenta. Não apenas Maquiavel, mas também seus contemporâneos utilizam o termo *virtù* em mais de uma acepção. Ao debruçar-se sobre essa questão, Price (1973) nos diz que:

[...] o modo como o termo *virtù* é usado tanto por Maquiavel quanto por seus contemporâneos é informal e pouco técnico; grande parte das palavras usadas por Maquiavel são cotidianas e ele raramente define ou explica de forma cuidadosa os termos que usa. Isso torna o estudo de palavras como *virtù* não somente necessário mas também muito complicado.⁸

Nesse sentido, Mansfield (1996) também manifesta sua posição em relação ao termo *virtù*, afirmando: “[...] não é suficiente dizer que Maquiavel usa a palavra *virtù* em vários sentidos; ele faz uso dela em sentidos contraditórios como se a *virtù* incluísse e excluísse ações más”.⁹

De fato, o termo *virtù* utilizado por Maquiavel, termo que ele próprio evita traduzir e mantém no italiano para não confundi-lo com as virtudes cristãs, diz respeito à

⁷ Cf. MAQUIAVEL, Discursos, I, 10, p. 49.

⁸ PRICE, Russel. *The senses of virtù Machiavelli*, p. 315.

⁹ MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*, I, p. 7.

capacidade do agente político de agir de maneira adequada no momento adequado. Afirma Bignotto (1991) que essa maneira particular de apresentar o conceito era frequentemente usada pelos autores da Antiguidade – o de prudência. Também nesse caso estamos diante da capacidade do agente político de agir em conformidade com a situação, sem que, para isso, tenha-se de recorrer a um saber de cunho estritamente teórico.¹⁰

Sendo assim, essa forma de abordar o problema da ação política serviu para que Maquiavel distanciasse o termo *virtù* das virtudes cristãs ou da prudência no qual. Maquiavel não fundamentava uma leitura da política com uma busca de fins independente dos meios, no entanto o que o pensador florentino pretendia mostrar era que a política constitui uma esfera da existência humana, que, estando relacionada com várias outras, não pode ser confundida nem com a ética nem com a religião.

Se, para Maquiavel a religião e seus valores tiveram sua participação na construção do conceito de *virtù*, no sentido de contribuir para a eliminação de determinadas qualidades que não se podem compor alguns atributos de um dirigente. No assunto seguinte aproximaremos ao conceito de *virtù* com a discussão mais especificamente com a ideia de virtude. Nas próximas escritas encontraremos reflexões sobre o termo *virtù* e a diferença apresentada pelo autor referente às ações que são realizadas pela virtude.

1.2 DA VIRTUDE A *VIRTÙ*

Ao iniciar o primeiro capítulo da obra "O Príncipe", e apresentar o tema “De quantos tipos são os principados e de que modo se adquirem”, Maquiavel começa sua abordagem ao assunto *virtù*, pois, ao afirmar que regiões formadas estão habituadas ou a existir sob o comando de um príncipe ou a ser desprovidas de qualquer sujeição, no entanto só podem ser adquiridas de duas maneiras – ou se obtém com a força de outrem, ou com a oportunidade autêntica dos benefícios da *fortuna* ou da *virtù*. Nesse momento inicia-se nossa reflexão referente ao termo *virtù* e à noção central desse conceito no pensamento de Maquiavel, pois observamos que, no decorrer dessa obra, o termo percorre vários

¹⁰ Cf. BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 32-38.

caminhos e se modifica em sua interpretação por várias vezes nas abordagens dos fatos, e nas ações transcritas pelo pensador.

Um príncipe de *virtù*, para Maquiavel, é aquele cuja capacidade de decisão seja acompanhada de outros atributos que torna possível o alcance de seus objetivos.

A ação, ou seja, a maneira de agir para realizar as atitudes políticas é expressa por Maquiavel na determinação da *virtù* ou, ainda, *virtù* é apresentada como a principal causa do sucesso nas empreitadas dessa atitude. Então cabem as questões: – Em que consiste essa *virtù*? – O que significa dizer que uma ação expressa *virtù*? – Há, portanto, uma diferença entre se falar em ação “virtuosa” e ação de *virtù*? – Qual dessas ações leva um governante ao alcance do sucesso das atividades políticas?

Para responder a tais questões trabalharemos exemplos citados por Maquiavel em sua obra “Discursos”, no livro terceiro, no qual o tema aborda: “Onde se procura saber por que Aníbal, com um modo de proceder diferente do de Cipião, produziu na Itália os mesmos efeitos produzidos por aquele na Espanha”. Nessas páginas, o autor expõe dois comportamentos diferentes de governantes, mas que acabaram produzindo efeitos iguais. Mesmo assim, Maquiavel faz uma objeção pela ação mais assertiva, para que o dirigente não se arruíne no poder. Em suas escritas afirma que “algumas pessoas poderiam admirar-se ao verem que alguns comandantes” se utilizaram de uma vida contrária das mencionadas anteriormente, mas “produziram efeitos semelhantes aos produzidos por eles”, parecendo, assim, que a razão de algumas glórias não depende de tais causas¹¹. E, para melhor esclarecer sua escrita, Maquiavel afirma:

Digo que Cipião entrou na Espanha e, com sua humanidade e piedade, logo, granjeou a amizade daquela província, fazendo-se adorar e admirar por seus povos, enquanto Aníbal, ao entrar na Itália, com modos totalmente contrários aos de Cipião, ou seja, com crueldade, violência, pilhagem e todo tipo de deslealdade, produziu o mesmo efeito de Cipião na Espanha; porque todas as cidades da Itália se rebelaram a favor de Aníbal, todos os povos o seguiram. (Discursos, III, 21, p. 385)

Maquiavel não contesta propriamente as ações dos governantes, porém lança os exemplos para transformar a produção da imagem da *virtù* oposta ao sentido tradicional de virtude, criando uma concepção contrária às construções existentes até suas escritas. Ao procurar respostas esclarecedoras de por que Aníbal, que conduziu seu governo de um modo oposto ao de Cipião, conseguiu alcançar os mesmos objetivos, Maquiavel alcança o

¹¹ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 21, p. 385.

objetivo central da antinomia clemência/rigor, e para ele não importa muito como proceda um comandante – bem ou mal, praticando virtude ou vício no sentido tradicional, desde que tenha *virtù* suficiente para se conduzir bem numa e noutra via¹².

Ao se debruçar sobre essas ações, Maquiavel nos afirma:

E, se considerarmos donde isso pode provir, encontraremos várias razões. A primeira é que os homens são desejosos de coisas novas, visto que, no mais das vezes, tanto os que vivem bem quanto os que vivem mal desejam novidades: porque, como doutra vez se disse – e é verdade -, os homens enfadaram-se no bem e afligem-se no mal. Esse desejo, portanto, leva-os a abrir as portas a qualquer um que numa região se mostre como campeão de uma inovação; se é estrangeiro, correm-lhe atrás; se é do lugar, rodeiam-no exaltando-o e favorecendo-o: assim, seja qual for o modo como proceda, ele alcança grandes progressos naquele lugar. Além disso, os homens são impelidos por duas coisas principais: amor ou temor; por isso, são comandados tanto por quem se faz amar quanto por quem se faz temer; aliás, no mais das vezes, seguem e obedecem mais aqueles que se faz temer do que àquele que se faz amar. (*Discursos*, III, 21, p. 386)

Para Maquiavel, “o excesso de bondade é tão pernicioso quanto o excesso de crueldade”, pois a um comandante não importa muito o caminho percorrido, desde que este dirigente seja virtuoso, que essa *virtù* o torne reputado entre os homens. “Porque a *virtù*, quando é grande – como em Aníbal e Cipião – apaga todos os erros que ele cometa para fazer-se muito amar ou muito temer”.¹³ Para o pensador, em qualquer um desses dois caminhos, podem surgir “inconvenientes”, que podem levar um líder à ruína, porque aquele que almeja demais ser amado, por menos que se afaste do verdadeiro caminho, torna-se desprezível, e o outro, que deseja demais ser temido, por menos que se exceda em seu modo, torna-se odioso. Ainda assim, porém, Maquiavel observa o caminho, não o de garantia, porém o mais prolongado: “os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer”, sendo assim, “o amor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona.”¹⁴

O exemplo de Cipião e Aníbal comprova a afirmação de Maquiavel: ambos foram parcialmente prejudicados pelo seu modo de agir, mas não se arruinaram, pois “a reputação que lhes dava sua *virtù*” tornou-os capazes de aliviar os exageros. Cipião foi prejudicado por seu excesso de bondade quando seus soldados se rebelaram na Espanha contra ele, pois não lhe devotavam temor. Como demonstrava ser um líder de *virtù*, conseguiu remediar a tempo, porém, foi obrigado a usar em parte a mesma crueldade de que fugira

¹² Cf. RODRIGO, *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*, p. 201.

¹³ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 21, p. 386.

¹⁴ Cf. MAQUIAVEL, *O Príncipe*, XVII, p. 80.

anteriormente¹⁵. Ao contrário, quanto a Aníbal, “[...] nenhum exemplo particular nos mostra que sua crueldade e sua deslealdade o tenham prejudicado, mas pode-se muito bem pressupor que Nápoles e muitas outras cidades mantiveram-se fiéis ao povo romano por medo de sua crueldade”¹⁶. A esse respeito, Aranovich (1998) comenta que

[...] é necessário colocar o público acima do particular. Assim, é preferível prejudicar um particular do que uma “universalidade inteira de cidadãos”, pois o público se opõe de todas as formas ao particular e, freqüentemente, o prejuízo de um opõe-se ao benefício do outro. É preferível usar de crueldade contra um particular, inclusive através de uma execução, a permitir que a piedade transforme-se em crueldade ao provocar a ruína do público. No campo do político, o que importa é o efeito e, neste plano político, as virtudes e os vícios podem transformar-se no seu contrário pelos efeitos¹⁷.

O autor dos "Discursos" observa o fato do resultado da ação de Aníbal e comenta que: “[...] viu-se muito bem que o seu modo ímpio de viver tornou-o mais odioso para o povo romano do que qualquer outro inimigo que aquela república já tivera”,¹⁸ e continua dizendo que Aníbal nunca foi absolvido de sua brutalidade, e, quando desarmado e enganado, foi morto sem misericórdia. Maquiavel afirma, portanto, que coube a Aníbal pagar um preço ao entrar em desvantagem por ter promovido ações desleais e cruéis, mas, por outro lado, afirma, a liderança regada de crueldade pelo dirigente resultou em uma enorme vantagem, admirada por todos os clássicos e ressalta

[...] a de que no seu exército, ainda que composto por várias espécies de homens, nunca houve dissensão, nem entre seus homens, nem destes contra Aníbal. E isso só podia ser devido ao terror que sua pessoa inspirava, que era tão grande e se mesclava à reputação que lhe dava a sua *virtù*, que seus soldados se mantinham disciplinados e unidos. (*Discursos*, III, 21, p. 388)

A análise comparativa de Aníbal e Cipião procurou evidenciar que um, com comportamento louvável, e outro, com comportamento detestável, produziram o mesmo efeito. Ao concluir sua reflexão, Maquiavel afirma que “não importa muito o modo como um comandante procede, desde que nele haja *virtù*” tão ampla que tempere bem ambos os costumes de viver, pois, nos dois casos há falhas e ameaças.¹⁹ Logo abaixo, o autor anuncia que irá discorrer sobre dois cidadãos romanos que, com procedimentos diversos, mas igualmente louváveis, obtiveram a mesma glória:

¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 21, p. 387.

¹⁶ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 21, p. 387.

¹⁷ ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 80.

¹⁸ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 21, p. 388.

¹⁹ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 22, p. 388.

Houve em Roma, no mesmo período, dois comandantes excelentes, Mânlio Torquato e Valério Corvino; estes, iguais em *virtù*, iguais em triunfos e glória, viveram em Roma, e ambos, no que se referia ao inimigo, obtiveram-na com idêntica *virtù*, mas, no que se referia aos exércitos e ao tratamento dos soldados, procederam muito diferentes. (*Discursos*, III, 22, p. 389)

Mânlio Torquato e Valério Corvino foram dois excelentes chefes militares, idênticos na *virtù*, nos triunfos pacificadores e na honra de suas ações, mas adversos na maneira de tratar os combatentes. Mânlio, segundo Maquiavel, comandava com muita severidade e impunha suas ordens sem poupar esgotamentos ou dores a seus soldados, enquanto Valério, ao contrário, apresentava modos humanos e acolhedores. Presenciou-se que o primeiro para obter obediência dos soldados, mandou sacrificar o próprio filho por ter incorrido em indisciplina militar, e o outro jamais golpeou ninguém. Com base nesses fatos, Maquiavel afirma que, “com tamanha diferença de procedimento, ambos colheram os mesmos frutos na luta contra inimigos e no favorecimento da República e de si mesmos”, pois, “nenhum soldado jamais se recusou a lutar nem se rebelou contra eles, tampouco discrepando no que quer que fosse da vontade deles”. Nesse sentido, o autor levanta três indagações: primeiro o que levou Mânlio a proceder de maneira tão rígida e por qual motivo o segundo conseguiu proceder com tanta humanidade; depois, por qual razão esses diversos modos produziram o mesmo efeito; e, finalmente, qual desses dois ²⁰modos deve ser imitado por ser melhor e mais útil. Para responder a essas indagações, Maquiavel leva em conta dois fatores: um de ordem interna – a *virtù* - e outro de ordem externa – a *fortuna*, conceito este que trataremos exclusivamente no terceiro capítulo.

Maquiavel sustenta que, “para se dirigir uma República com violência é preciso que haja proporção entre quem impõe a força e aquele a quem ela é imposta”. Como diz ele:

[...] para comandar as coisas fortes, é preciso ser forte; e quem tem essa força e assim comanda não pode depois com brandura exigir obediência. Mas quem não tem tal força de ânimo deve abster-se dos comandos extraordinários e, nos ordinários, pode usar de humanidade. Porque as punições ordinárias não são imputadas ao príncipe, mas sim às leis e às ordenações. Portanto, é de crer que Mânlio fosse obrigado a proceder com tanta rigidez por seus comandos extraordinários, aos quais era inclinado por natureza, o que é útil numa república, porque faz que suas ordenações se voltem para o seu princípio, para sua antiga *virtù*. (*Discursos*, III, 22, p. 390)

É crueldade maior permitir que se desenvolva uma catástrofe do que, com um ato cruel, levar, num momento posterior, ao bem-estar seus súditos, mantê-los unidos e obedientes. Para o exercício do poder, o que importa não são as qualidades pessoais do

²⁰ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 22, p. 390.

dirigente, mas as de suas ações²¹. Lefort (1972) reforça que a crueldade da escolha se manifesta na necessidade sob a qual o Estado se mostra necessário no momento, e as circunstâncias do regime onde se impõe a severidade, até mesmo a desumanidade, no comando²². Nesse sentido, Maquiavel afirma que, quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo o mais²³.

Ao abordar, enfim, a questão sobre qual das duas maneiras de agir é a mais elogiável, a humanidade de Valério ou a brutalidade de Mânlio, Maquiavel procede com muito cuidado, pois se trata de opiniões partilhadas pelo senso comum e consagradas pela tradição. Afirma que o tema tem sido objeto de controvérsias, pois os escritores louvam ambos os modos. Maquiavel relata o que Tito Lívio diz a respeito de Valério:

Nenhum outro comandante foi mais humano com os soldados, suportando sem dificuldades os exércitos entre os soldados mais rasos. Nos jogos militares, quando os soldados competiam em pé de igualdade na corrida e na luta, ele vencia e era vencido com o mesmo semblante; não desprezava quem se mostrasse igual a ele; era bondoso nas ações, segundo as circunstâncias; ao falar, lembrava-se sempre da liberdade alheia e da sua própria dignidade; e (o que não é menos popular) geria a magistratura com a mesma conduta que havia pedido.²⁴

O segundo exemplo, no entanto, também é comentado por Maquiavel, que relata, nas palavras de Tito Lívio, a opinião honrosa existente sobre Mânlio: na “severidade que demonstrou na morte do filho tornou-lhe o exército tão obediente que foi essa a razão da vitória do povo romano sobre os latinos”. A brutalidade aplicada com fins para tal vitória demonstrou a todos os perigos aos quais o povo romano estava exposto e as dificuldades para vencê-los, concluindo que somente a *virtù* de Mânlio deu aquela vitória aos romanos²⁵. E, comparando as forças e atitudes de ambos os dirigentes, Maquiavel diz:

Assim, considerando-se tudo o que os escritores falam deles, seria difícil julgar. Contudo, para não deixar essa matéria sem decisão, digo que, para um cidadão que viva sob as leis duma república, é mais louvável e menos perigoso o procedimento de Mânlio, porque esse modo está todo voltado em favor do

²¹ Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 82

²² Cf. LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972. Tradução utilizada para uso didático cedida pelo prof. José Luis Ames, p. 177.

²³ MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 41, p. 442.

²⁴ MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 22 (Tito Lívio, VII, 10) [N. da T.], p. 390

²⁵ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 22, p. 393.

público e nunca tem em mira a ambição privada; pois tal modo não consegue conquistar partidários, por mostrar-se sempre áspero para com todos e por amar apenas o bem comum; porque quem faz isso não conquista amigos particulares que, conforme disse acima, são chamados partidários. Por isso, nada pode ser mais útil nem mais desejável numa república que semelhante modo de proceder, visto que nele está presente a utilidade pública e não pode haver nenhuma suspeita de poder pessoal. (*Discursos*, III, 22, p. 393)

Nesse sentido, também podemos refletir sobre a questão que Maquiavel nos coloca a respeito do temor e do amor, e qual dessas alternativas é favorável para um bom governo. Ao abordar esse assunto no capítulo XVII, “Da crueldade e da Piedade e se é melhor ser amado que temido, ou melhor, ser temido que amado”, o pensador político elabora sua resposta se posicionando de que a melhor resposta seria desejar e conseguir ser as duas coisas, no entanto, como, na visão do autor, torna-se difícil combinar ambos, faz-se necessário fazer uma escolha e optar por uma das alternativas, e justifica a opção: “[...] como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas”.²⁶ Segue-se, portanto, que, para o autor, como não é possível ter as duas disposições, deve-se escolher ser temido e assim complementa:

Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona. (*O príncipe*, XVII, p. 80)

A base do amor do súdito para com o príncipe reside num sentimento fora do príncipe, pois quem ama o príncipe é o súdito, o sentimento está nele, assim, tão logo que os súditos não percebam nenhuma vantagem em amá-lo mais, deixam de fazê-lo. Diferentemente, ao optar pelo temor, que é injetado nos súditos pelo príncipe, os súditos temem o príncipe por aquilo que ele é ou faz, assim o príncipe controla esse temor na medida em que o injeta quando necessário. Por isso a opção é ser temido. Entretanto, “deve contudo o príncipe fazer-se temer de modo que, se não conquistar o amor, pelo menos evitará o ódio”, pois é possível praticar o temor sem ser odiado ao mesmo tempo em que se conquista o respeito dos súditos.

Sendo assim, na questão de se o príncipe deve preferir ser temido ou amado, assunto que tem a ver com crueldade e piedade, também se faz necessária a flexibilidade, pois esse comportamento permite ao príncipe obter bons resultados em seu governo,

²⁶ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XVII, p. 80.

assegurando a satisfação dos súditos²⁷. Assim, portanto, quando o príncipe está em campanha e no comando de uma infinidade de soldados, Maquiavel explica que o príncipe não precisa se preocupar com a fama de cruel, por que, sem essa fama, jamais se pode manter um exército unido, organizado e disposto à ação necessária.

Nessa perspectiva, “[...] quando em confronto com a necessidade, Maquiavel avisa, não se preocupe com a justiça e aja, porque palavras para justificar sua ação não de vir”.²⁸ Segue-se que a *virtù* maquiaveliana se refere muito mais à capacidade de mudar de atitude conforme as circunstâncias, ou seja, constitui-se com um agir com flexibilidade diante das mudanças de circunstâncias. Skinner, ao se debruçar sobre esse assunto, comenta:

[...] *virtù* é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a ‘fortuna’ e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade – independente do fato ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa – para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, *virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da fortuna e a variabilidade dos negócios assim os exijam. (SKINNER, 1988, p. 65)

A *virtù* requer que o príncipe aja de acordo com a necessidade, não importando o caminho que percorram suas atitudes. Nesse sentido, é importante salientar que a *virtù* não se compõe de qualidades fixas, como as virtudes cardeais. Em Maquiavel não podemos fixá-las, pois as qualidades que compõem a *virtù* são compostas por atributos diferentes, sendo também possível o dirigente possuir *virtù* de muitas formas dependendo muito das circunstâncias. Ou seja, o agir com *virtù* em uma determinada circunstância não o será em outra, porque os tempos variam, sendo necessário adequar a ação aos tempos.

De fato, em Maquiavel nenhuma virtude pode ser considerada *virtù*, pois o pressuposto é que o príncipe seja capaz de agir com todas as virtudes, priorizando umas ou outras de acordo com as circunstâncias. Se suas inclinações e seus padrões morais estiverem enrijecidos, o príncipe não terá capacidade de desempenhar as exigências da ação eficaz. Essa oscilação exige que o príncipe possa, por exemplo, em um momento, agir com crueldade e, no momento seguinte, com piedade. Ele não pode ser piedoso ou bárbaro, em

²⁷ Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 83.

²⁸ Cf. MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*, I, p. 7.

sua natureza, mas o que importa são os resultados compatíveis com as necessidades de seu povo.

Muitos são os atributos que contribuem para tornar um príncipe com *virtù*, no entanto Maquiavel nos apresenta outras formas para que o dirigente possa adquirir habilidades no decorrer de sua administração. Para isso, o pensador florentino indica também a necessidade da busca pelos acontecimentos do passado, criando assim, uma preocupação com as histórias antigas para extrair lições que favoreçam no controle e na ordem em sua direção política.

1.3 A IMITAÇÃO E O RESGATE DA *VIRTÙ*

Na introdução ao livro I dos "Discursos", Maquiavel tem por objetivo informar a seus contemporâneos sobre a necessidade de desdobrar a política para além dos fatos presentes, nela incluindo um conhecimento que permita a imitação dos antigos. Afirma que, em se tratando da pouca experiência dos contemporâneos das coisas presentes e do pequeno conhecimento das antigas, isso inclusive torna insuficientes lições de suas escritas. Afirma, no entanto, que tais ações do passado podem ser de grande utilidade para os homens de grande *virtù*, e que possuem mais eloquência e discernimento na interpretação e extração de boas soluções para os problemas no presente. E, vendo que “[...] as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas”²⁹, Maquiavel mobiliza, em suas escritas, não apenas para uma leitura saudosista das ações ocorridas no passado, mas também para extrair dessa leitura o sentido, e capturar desses exemplos o sabor que eles possuem:

Motivo porque infinitas variedades de acontecimentos que elas contém, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente. (*Discursos*, I, proêmio, p.7)

²⁹ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, I, proêmio, p.7.

Maquiavel afirma que, do mesmo modo, encontramos a necessidade no campo da medicina, pois essa imitação dos antigos torna-se um remédio eficaz e, quando o homem sofre alguma enfermidade, o remédio é extraído não mais do que senão “[...] das experiências feitas pelos antigos médicos, que servem de fundamento aos juízos dos médicos do presente”.³⁰ A arte médica consiste em tentar imitar os antigos em sua sabedoria, apoiar-se em seus conhecimentos para poder curar as doenças, quando possível. E, nas palavras de Martins, nunca é demais lembrar que a imitação deve ser acompanhada de juízos, ou seja, não basta reproduzir esses acontecimentos, é necessário também refletir, adequar esses conhecimentos e não somente transpô-los.³¹ Não se trata de uma imitação literal porque as circunstâncias históricas e conjunturais, os interesses e as finalidades variam no tempo. Mesmo assim existem ações que se tornam paradigmas e que devem servir de referência para novas ações políticas. Aprender com a própria experiência é uma exigência de evolução do conhecimento em qualquer ramo de atividade humana. Não poderia ser diferente com a atividade política, indica Maquiavel. O conhecimento da história permite eficiência nas ações através da imitação, do exemplo, da similitude de condutas e da conservação de leis, costumes e instituições que se revelam eficazes para os objetivos de uma vida cívica adequada.³² Bignoto (2002) nos alerta, porém, para a dificuldade da interpretação da imitação. A interpretação da imitação consiste na difícil arte de realizar no presente ações que possuam a mesma qualidade daquelas do passado. Assim, portanto, trata-se de reproduzir seus efeitos, mas não sua forma.³³

A âncora que os governantes devem ter nos grandes líderes do passado e nas ações que os glorificam é um imperativo de prudência. Além do aprendizado pela exemplaridade positiva, a imitação pode evitar erros inerentes à ação. O conhecimento das ações políticas ou da história política constitui um capital inicial do agir, do qual os políticos prudentes devem se valer. Não precisam partir do nada ou da improvisação. A virtude da prudência recomenda que o governante se aproprie desse conhecimento através do estudo da história das ações políticas. O conhecimento da história e a imitação de determinadas ações, em circunstâncias determinadas, é um metro, uma baliza, um suporte positivo para as ações, que ajudam a evitar erros e a cair em armadilhas comuns nas atividades política e militar.

³⁰ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, I, próêmio, p.6.

³¹ Cf. MARTINS, José Antonio. *Os fundamentos da República e sua corrupção nos "Discursos"*, de Maquiavel, p. 47.

³² Cf. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p.27.

³³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p.32-38.

A prudência que induz à imitação do exemplo bem-sucedido é também um remédio preventivo contra a imprevisibilidade dos acontecimentos. Mesmo assim, além da imitação, é preciso preparar-se, planejando, criando simulações, construindo hipóteses, projetando cenários, antevendo soluções. O dirigente ou líder que assim proceder terá melhores condições de enfrentar os imprevistos e de vencer as adversidades.³⁴

Nesse sentido, o pensador florentino resgata os exemplos de Roma, pois ele próprio julgava que o passado romano era superior ao seu presente, o que se fazia merecedor de imitação, propondo sua imitação como forma de recuperar a *virtù* perdida devido à corrupção que se desenvolvera no seu tempo. As leis, os costumes e as instituições romanas, particularmente na fase republicana de sua história, constituem modelo onipresente em toda discussão política empreendida pelo autor.

A imitação exige uma uniformidade das épocas, uma identidade entre as práticas políticas do passado e do presente. Essa uniformidade no comportamento dos homens e da natureza estabelece um terreno propício à imitação: as soluções que se revelaram eficazes no passado podem ser adotadas no presente com expectativa de igual sucesso, pois,

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos. (*Discursos*, III, 43, p. 445)

Segundo Maquiavel, os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possam seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a *virtù* daqueles que imitam. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. O autor insiste em que se tome como parâmetro de conduta a ação dos grandes homens, pois, mesmo que seja difícil ao imitador alcançar à mesma *virtù* do imitado, sempre haverá algum ganho, e deve “[...] fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com a flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo”.³⁵

³⁴ Cf. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p. 110-111.

³⁵ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VI, p. 23.

Nas palavras de Larivaille (1982), “[...] o político prudente aí encontrará não obrigatoriamente modelos de conduta, mas uma vasta amostragem de comportamentos humanos e situações capazes de iluminar sua análise do presente e do futuro, duplicada por uma vasta amostragem de ações e remédios positivos ou negativos, dos quais extrairá a regra que melhor se adapte à sua situação”.³⁶ Nessa perspectiva, Skinner complementa que “[...] um homem prudente deve assim escolher os caminhos percorridos pelos grandes homens e imitá-los, assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa”.³⁷

A imitação da *virtù* depende, portanto, de uma perspectiva histórica: conhecer as ações dos grandes homens, dos homens de muita *virtù*, e imitá-las, transmite *virtù* à ação daquele que a imita, embora não corresponda exatamente ao modelo. Se isso não transfere toda sua *virtù*, ao menos transmite uma parte dela, fazendo a ação melhor do que poderia ser sem esse modelo. Esse conhecimento e a imitação devem, portanto, ser seguidos pelo governante prudente. Deste modo, a imitação, no sentido em que é empregada por Maquiavel, não tem o significado de reprodução exata, que é o significado comum da palavra. Senellart aponta, a respeito dessa passagem, a inovação de Maquiavel ao se utilizar de uma imagem tradicional para articular uma definição racional de prudência e aponta suas diferenças em relação à doutrina medieval: “[...] por um lado, o *uomo prudente* não encontra mais seu modelo em uma ordem preestabelecida, ele não pode se apoiar, para traçar sua rota, senão sobre a experiência de outro. Mas essa mesma é enganadora, “pois não se pode seguir tudo nos caminhos dos outros”. Tradicionalmente ligada à imitação, a *arte*, dessa forma, torna-se invenção permanente”.³⁸

Nas palavras de Rodrigo, a imitação está longe de significar mera cópia de condutas bem-sucedidas. Ao contrário, demanda a capacidade de adaptar a novas e diversas circunstâncias padrões de conduta que se revelaram eficazes no passado, ou mesmo criatividade para imaginar novos “remédios”. Não sendo passíveis de mera repetição, as soluções políticas dos antigos devem ser fonte inspiradora, instrumentos de aprendizagem,

³⁶ LARIVAILLE, Paul. *La pensée politique de Machiavel: les "Discours" sur la première décade de Tite-Live*, p. 31.

³⁷ Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, p. 139.

³⁸ Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 42.

em outras palavras, convertem-se em educação. Para que isso ocorra, contudo, uma condição se impõe: o conhecimento do passado, ou seja, o estudo da história.³⁹

1.4 CRITÉRIOS DE CONDUTA DO PRÍNCIPE DE *VIRTÙ*

Em suas escritas, Maquiavel trata da necessidade do comportamento e enuncia a aplicação dos príncipes expostos no critério de conduta. Para o autor, não se pode saber se uma ação é boa ou má, pois, somente os resultados da ação poderão demonstrar a bondade ou a maldade da atuação. A tradição avalia aquele que governa pela intenção de suas ações, as quais devem ser coerentes com seus princípios. Sendo assim, o povo tem uma imagem de príncipe ideal (ideal de príncipe virtuoso) e, portanto, para o governante se manter no poder deve corresponder a essa aspiração. Portanto, existe a necessidade de aparentar ser, e somente nesses critérios que o líder consegue manter seu poder.

1.4.1 A *virtù* do governante: ser e parecer ser

No capítulo XV da obra "O Príncipe", Maquiavel aborda o tema "das coisas pelas quais os homens, e especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados". Nessas escritas, o pensador elabora suas reflexões a respeito do comportamento do príncipe perante seus súditos, do ser e do parecer ser, e aponta os limites da moral tradicional como incapazes de orientar os homens na elaboração de uma ordem política garantida e permanente:

Resta agora ver como deve comportar-se um príncipe em relação a seus súditos ou seus amigos. Como sei que muitos já escreveram sobre este assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir esta matéria, me afastarei das linhas traçadas pelos outros. (*O príncipe*, XV, p. 73)

Maquiavel elabora um novo modo de compreender a relação entre a política e a ética, modo novo segundo o qual se preocupa mais pela busca do útil e pela "verdade

³⁹ Cf. RODRIGO, Lúcia Maria. *Maquiavel: educação e cidadania*, p. 68.

efetiva das coisas” do que sobre o imaginário delas. Para ele, o intervalo entre como se vive e como se deveria viver é tão grande que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade.⁴⁰ A recomendação ao príncipe consiste, portanto, em que não seja virtuoso, mas se preocupe em se apresentar sendo como tal.

Para Maquiavel, ser moral ou parecer ser moral, além de útil, é extremamente necessário. Ser fiel, piedoso, humano, íntegro e religioso são qualidades morais universalmente louváveis. O povo tem uma imagem dos príncipes bons e maus; quando fala deles ou de qualquer outro notável, o povo tece elogios ou críticas conforme as facetas dessa imagem.⁴¹ E discorrendo sobre as verdadeiras, Maquiavel afirma que, “[...] quando se fala dos homens, e principalmente dos príncipes, por estarem em posição mais elevada, eles se fazem notar por certas qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor”.⁴² Cabe ao dirigente disfarçar, simular e dissimular suas ações para não perder o apoio dos seus súditos.

Assim, observa o florentino, “[...] é necessário disfarçar bem essa natureza e ser grande simulador e dissimulador, pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes que o enganador encontrará sempre quem o deixe enganar”. Mesmo que um governante não tenha tais qualidades, “é indispensável parecer tê-las”. O florentino afirma ainda ter a ousadia de dizer que “[...] se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis”. Desta forma, o condutor deve “[...] parecer clemente, fiel, humano, íntegro e religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário [...]”.⁴³ Assim, portanto, afirma Maquiavel, o dirigente precisa ter o espírito preparado para agir com todas as virtudes, de acordo com e onde o ordenarem as circunstâncias.

Os preceitos que devem ser seguidos para a manutenção do poder têm a característica de levarem a neutralidade em relação aos valores tradicionais. De fato, em

⁴⁰ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XV, p. 73.

⁴¹ Cf. DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p. 307.

⁴² Observe-se a inversão operada por Maquiavel após denunciar a ineficácia do discurso tradicional. Tachado de “imaginário” e oposto à “verdade efetiva das coisas”, ele se volta para o problema da imagem do príncipe, de sua “fenomenologia”, e não do que ele seja em si mesmo. Ironicamente, o mundo imaginário dos pensadores tradicionais se une ao imaginário popular acerca do príncipe. Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XV, p. 74.

⁴³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, XVIII, p. 84 -85.

Maquiavel nenhuma virtude pode ser considerada *virtù*.⁴⁴ Dessa forma, segundo Manent (1977), pela posição, a natureza do príncipe não poderia ser uma só. Se Maquiavel pede ao condutor liberdade de espírito suficiente para sair do caminho do bem, é como prova e garantia da plasticidade indefinida de sua alma. É uma liberdade tornada natureza, uma virtude, se quiser, mas considerada da seguinte maneira: o Príncipe deve disciplinar o natural variável que compartilha com todos os homens, para adquirir as características duráveis que vão distingui-lo. Desse modo, a capacidade do Príncipe maquiaveliano para escolher o mal significa a capacidade de seu ser para viver sem *habitus*.⁴⁵ Nele, a vontade não tem por tarefa integrar todas as faculdades humanas sob o governo da razão, mas de mantê-las desarticuladas.⁴⁶

Ao concluir, Maquiavel aponta que o dirigente não deverá importar-se de incorrer na infâmia⁴⁷ dos vícios, sem os quais lhe seria difícil conservar o poder, porque, considerando tudo muito bem, encontrar-se-á alguma coisa que parecerá *virtù* e, sendo praticada, levaria à ruína. Enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança e bem-estar.⁴⁸ Portanto, dado que a ação encontra seu sentido apenas no processo, só pode ser julgada pelo resultado, não o êxito pura e simplesmente, e sim enquanto proporciona algum benefício coletivo, ou seja, enquanto produzir segurança e tranquilidade ao povo. Sendo assim, a crítica à moral tradicional não é por outro motivo, senão para opor ao formalismo abstrato as exigências concretas, práticas, impostas pela ação política.⁴⁹

Vimos que, na opinião do florentino, o príncipe deve ser capaz de “mudar ao contrário” perante qualquer situação e qualidade dada. De acordo com suas palavras, “deve parecer ser” e sê-lo, com a condição de estar com o ânimo disposto a mudar quando necessário não o ser, de modo que possa e saiba como tornar-se o contrário.⁵⁰ Ao expor que existem dois gêneros de combate: um com as leis e outro com a força, Maquiavel afirma que o primeiro é próprio do homem, o segundo é o dos animais, no entanto ser somente o primeiro continuamente não funciona, convém também recorrer ao segundo.

⁴⁴ ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 79.

⁴⁵ Termo esse utilizado por Maquiavel também com a palavra vício ou costume.

⁴⁶ Cf. MANENT, Pierre. *Naissance de la politique moderne*, p. 18.

⁴⁷ Infâmia: a má fama, na qual incorreria quem tivesse os vícios que podem causar a perda do Estado. Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XV, p. 74.

⁴⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, XV, p. 74.

⁴⁹ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 167.

⁵⁰ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XVIII, p. 85.

Portanto, “[...] é necessário ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem [...]”, e “[...] ter um preceptor meio animal meio homem não quer dizer outra coisa senão que um príncipe deve saber usar ambas as naturezas e que uma sem a outra não é duradoura.”⁵¹

Como vimos anteriormente, a característica principal da *virtù* é a flexibilidade. Para ilustrar essa reflexão, Maquiavel afirma que o condutor deve saber usar bem a natureza animal, e recorre à metáfora da raposa e do leão para serem exemplos do dualismo na ação política.⁵² De um lado está a raposa e, de outro, o leão⁵³. Ridolfi, ao comentar sobre o tropo, relata “[...] como à raposa quando viu o leão, que na primeira vez esteve por morrer de medo; na segunda, parou atrás de uma moita para olhá-lo; na terceira, conversou com ele”.⁵⁴ A primeira representa a astúcia e a esperteza, o segundo a força física e bruta, a energia criadora ou destruidora. É o imperativo da necessidade que determina como o príncipe deverá usar essa “natureza animal”. É, portanto, a realidade e a circunstância que implicam a flexibilidade na ação do governante:

Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e o leão para aterrorizar os lobos. (*O príncipe*, XVIII, p. 84)

Nas ações políticas, principalmente para quem comanda, como ademais nas ações humanas em geral, nem só a conduta de animal e nem só a conduta de homem se bastam. É preciso saber combinar ambas, conforme exigem as circunstâncias, as necessidades e os fins.⁵⁵ Quando o líder necessitar agir como animal, também deve saber acordar as duas qualidades distintas: a força e a astúcia. O leão não sabe esquivar-se das armadilhas e a raposa não consegue se defender dos lobos. É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para assustar os lobos. A ação política comporta um jogo de astúcia e

⁵¹ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XVIII, p. 85.

⁵² Maquiavel discute o uso da metáfora numa carta a Vettori, de 20 de agosto de 1513, ao tempo em que estava escrevendo *O Príncipe*. Cf.: RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p.170-171.

⁵³ A origem da metáfora é um texto de Plutarco onde se faz referência ao general espartano Lisandro, morto em 395 a.C. e que teria justificado suas ações políticas com a seguinte máxima: *Laddove la pelle del leone non è sufficiente, bisogna indossare la pelliccia della Volpe*. Plutarco coloca Lisandro no mesmo plano do ditador romano Sila, acusado de possuir uma astúcia *volpina* que lhe permitiria agir segundo o princípio de que o estudioso e o forte devem se ajudar, quando um ou outro não forem o bastante. O autor romano está preocupado em definir se a justiça ou a religião subordinam a política, ou se esta última aceita o engodo e a simulação da verdade caso o fim em vista seja considerado lícito. Cf. STOLLEIS, Michael. *Stato e ragion di stato nella prima età moderna*, p. 13.

⁵⁴ Cf. RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p. 171.

⁵⁵ Cf. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p.190.

força, que o governante deve saber jogar segundo as circunstâncias. É, porém, necessário saber disfarçar bem esse caráter, afirma Maquiavel, e ser grande simulador e dissimulador, pois “[...] os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que o enganador encontrará sempre quem se deixe enganar”.⁵⁶

Nesse âmbito, sugere Maquiavel, triunfam aqueles que usam mais as qualidades da raposa, mas se agir apenas como raposa e se combater apenas com as leis poderá não ser temido. Por isso, o dirigente precisa agir também como leão, impondo respeito aos comandados e distância aos inimigos. A *virtù* política, afirma Maquiavel, exige também os vícios, assim como também exige o reenquadramento da força. O agir virtuoso é um agir como homem e como animal. Quer como homem, quer como leão, quer como raposa, o que conta é o “triunfo das dificuldades e manutenção do Estado”. Os meios para isso deixarão de ser julgados honrosos, e todos os aplaudirão.⁵⁷

Logo abaixo, Maquiavel afirma que o governante feliz é aquele que combina a sua maneira de proceder com as cobranças do tempo e, similarmente, são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos. Afirma ele que, como se pode perceber, os homens, no que diz respeito aos caminhos que os conduzem aos fins que perseguem, agem de maneira diversa: um com prudência, outro com impetuosidade; um com violência, outro com arte; um com paciência, outro com o contrário, sendo que cada um desses caminhos levará o dirigente a alcançar o sucesso.⁵⁸

Nos "Discursos"⁵⁹, Maquiavel estabelece uma exigência ao grande dirigente, ao condutor de *virtù*, que, em parte, parece se chocar com o conjunto da teoria maquiaveliana da ação política fundada no estudo da história. Ao líder de *virtù* não basta saber usar com sabedoria e arte as chaves da política, todas as suas ambivalências, suas combinações, seus paradoxos e suas contradições: “Não basta saber simular e dissimular, ter e parecer ter as qualidades, saber ser raposa e leão, construir consensos e usar a força”.⁶⁰

O dirigente de *virtù* deve ter ânimo, um caráter, uma moral individual infatigável. Não pode mudar de caráter pessoal conforme a variação das circunstâncias. Somente esse líder será capaz de fazer os usos adequados de todas as combinações, paradoxos, contradições e

⁵⁶ Não se pode deixar de ressaltar o tema da necessidade, tão importante neste capítulo. Os homens, portanto, creem, não somente porque são tolos, mas também porque a necessidade os obriga. Assim, o príncipe, por necessidade, engana a mente. Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XVIII, p.84.

⁵⁷ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XXV, p. 120.

⁵⁸ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XXV, p. 120.

⁵⁹ MAQUIAVEL, *Discursos*, III, 30, p. 97.

⁶⁰ FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p. 181.

ambivalências do jogo político, pois terá a condição e a decisão de saber até onde pode ir e quando deverá parar.

Sendo assim, a razão ou a prudência decide a conduta do príncipe com base em seus fins próximos ou imediatos. A razão terá que também julgar os casos de um possível conflito entre os fins próximos e o fim distante do bem comum, entre os quais o mais premente é o do conflito entre a crueldade como qualidade útil e mal inegável. Há, portanto, um limite para o uso das crueldades em benefício da segurança e do bem-estar do povo? Esta questão será tratada na observação de como o pensador florentino expõe sua análise perante os casos e exemplos em que condena a crueldade.

A qualidade da crueldade não pode ser usada quando as ações exigidas exterminam, mutilam ou exilam grande parte da comunidade, indo além de qualquer medida e condenando a si mesma como meio para atingir o bem comum. Tal conclusão deriva da exigência do bem comum quanto ao bom uso das qualidades e à adequação dos meios. Para o pensador são condenáveis atitudes com requintes de perversidade, como, por exemplo, tortura fora do comum infligida para o prazer do torturador, pois essas ações não só levam ao maior perigo no exército do governante, como também ao ódio ao dirigente, sendo assim, o povo passa a ver o líder não como alguém que age cruelmente, mas que é cruel.⁶¹ A violência se insere, portanto, naquele contexto de flexibilidade do príncipe. O primeiro aspecto que é frequentemente atribuído ao príncipe de Maquiavel é o da capacidade do uso da violência para controlar os súditos. Esse aspecto não deve ser deixado de lado, embora contido na questão da flexibilidade, porque muitos atribuem a Maquiavel a defesa de um poder tirânico que mantém a obediência com base na força, na coação.⁶²

Na obra "O Príncipe", na qual aborda o tema "Dos que chegaram ao principado por atos criminosos", Maquiavel observa e se apresenta incomodado com a crueldade ou a matança efetuada por alguns dirigentes a um grande número de indivíduos, aplicada com barbaridade e sem necessidade. Se as crueldades destroem o grosso dos cidadãos ou dos habitantes, está excluída a possibilidade de que elas lhe estejam sendo impostas para o bem comum.⁶³ E, nesse sentido, o pensador nos fala:

⁶¹ Cf. DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p. 325.

⁶² Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 100.

⁶³ Cf. DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p. 325.

Agátocles Siciliano, não só simples particular, mas de ínfima e abjeta condição, tornou-se rei de Siracusa. Filho de oleiro, teve sempre uma conduta criminosa em todas as etapas da vida. Contudo, praticava suas vilanias com tanta força de ânimo e de corpo que, ingressando na milícia, conseguiu promover-se até chegar ser pretor de Siracusa. Investido nesse cargo, decidiu tornar-se príncipe e manter, pela violência e sem obrigações para com outros, aquilo que por consentimento lhe havia sido concedido. Tendo travado entendimento a respeito destes seus desígnios com Amílcar, o Cartaginês, cujos exércitos acamparam na Sicília, reuniu certa manhã o povo e o Senado de Siracusa como se tivesse que deliberar coisas pertinentes à república, e, a um sinal combinado, fez seus soldados assassinar todos os senadores e as pessoas mais ricas do povo. Mortos estes, ocupou e manteve o principado daquela cidade sem qualquer controvérsia civil. (*O príncipe*, VIII)⁶⁴

E logo abaixo nos diz:

Não se pode propriamente chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Deste modo pode-se adquirir o poder, mas não a glória. Mas, se considerarmos *virtù* com que Agátocles se atirou aos perigos e deles se livrou com força de seu ânimo ao suportar e superar as adversidades, não vemos por que ele deveria ser julgado como inferior a qualquer excelente capitão. Contudo, sua feroz crueldade e desumanidade, mais a sua infinita malvadeza, não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes. (*O príncipe*, VIII, p. 38)

E, ao contrariar a atitude de Agátocles, Maquiavel justifica que é preciso distinguir entre a crueldade “mal empregada” e a crueldade “bem empregada”. As crueldades bem utilizadas são as realizadas em certas situações, pela necessidade de conseguir segurança, mas nas quais, depois, não se insiste, convertendo tais ações em feitos da maior utilidade possível em favor dos súditos. E, as mal usadas são aquelas que, apesar de a princípio serem poucas, com o tempo é provável que mais aumentem do que desapareçam. Assim, diz Maquiavel, “[...] o conquistador deve examinar todas as ofensas que precisa fazer, para perpetuá-las todas de uma só vez e não ter que renová-las todos os dias”, pois, não as repetindo, o condutor pode ganhar a confiança do povo e adquirir a sustentação através de benefícios. Quem age do outro modo, precisa estar sempre “com a faca na mão”, não tendo condições de jamais confiar em seus súditos, como também seus subordinados não prestarão credibilidade ao príncipe devido às suas contínuas e renovadas injúrias.

E sobre as injúrias, orienta Maquiavel, elas devem ser implantadas de uma vez só, consistindo “[...] conjuntamente a fim de que, sendo saboreadas, ofendam menos, enquanto os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, para serem mais bem apreciados [...]”.⁶⁵

⁶⁴ Agátocles Siciliano, tirano de Siracusa, de 316 a.C. até 289 a.C. Conseguiu ampliar a hegemonia de Siracusa sobre toda a Sicília grega. Amílcar Barca, antepassado de Aníbal, comandante das tropas cartaginesas na Sicília. Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VIII, p. 37.

⁶⁵ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VIII, p. 41.

Maquiavel complementa que, acima de tudo, um dirigente deve viver com seus súditos de forma que nenhum imprevisto, mau ou bom, faça variar seu desempenho, pois, na origem das atribuições em tempos adversos, o líder não terá tempo para o mal, “[...] e o bem que fizeres não será creditado, uma vez que julgarão que o fizeste forçado, e não receberás, então, a gratidão de ninguém [...]”.⁶⁶

Concluimos, portanto, que há um limite para o pensador florentino em relação à crueldade, pois a “verdade efetiva” e o “parecer ser” cruel são necessários nesse jogo da arte de governar. Além disso, parecer ser cruel e ser cruel possui uma distância significativa para Maquiavel, porém, é também difícil definir o limite pelo número de mortos ou pelo modo de punir. O que importa é a flexibilidade e a habilidade de mudar, enquanto os tempos favorecerem nas necessidades de mudanças.

1.4.2 O papel político da religião enquanto *Instrumento Regni*

A respeito do tema “parecer ser”, encontramos também em Maquiavel outra leitura, em razão de o pensador enfatizar que, dentro do campo simular e dissimular, a temática da religião também se faz importante para a arte de governar. Este tema é abordado por Maquiavel não de forma metodologicamente teológica, mas, sobretudo, com a análise da importância da crença e a maneira como é trabalhada na cultura da política, pois, toda religião deve ser julgada em relação a um fim que não é especificamente religioso, mas político e na dedicação que ela promove ao bem comum. Com a função de estabelecer um papel essencial para a organização da vida coletiva, a religião é analisada a partir de seus resultados práticos, sabendo-se que a sua inclinação é de despertar tanto o medo quanto a dedicação dos cidadãos a favor da vida coletiva. Sua posição é passar a exercer ensinamentos na capacidade de desempenhar a tarefa patriota de movimentar os homens a favor da formação, manutenção e fortalecimento do Estado, ou seja, na formação e construção de uma identidade política.

A importância de uma religião não é o valor de seu fundador. O fundador de religião apenas interessa a Maquiavel na medida em que é um fundador, ou refundador, político, como o exemplo mencionado nessa pesquisa sobre Moisés. Também não é relevante o teor

⁶⁶ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VIII, p. 41.

dos seus princípios, ou o conteúdo de sua doutrina, mas como uma ferramenta para ser aplicada em favor das ações políticas na concepção do Estado e na convivência coletiva entre os cidadãos. De fato, o benefício da religião é de natureza política e sobre essa aplicação da religião à vida política Maquiavel afirma:

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros. Por isso, os homens sábios, que querem desembaraçar-se dessa dificuldade, recorrem a Deus. (*Discursos*, I, 11, p. 50)

É possível também compreender com Ames (2002), que “[...] a religião é um instrumento político, um meio pelo qual o governante prudente pode realizar, em nome de Deus, coisas extraordinárias e inabituais indispensáveis à continuidade no tempo do domínio político”.⁶⁷ Nesse sentido, é importante que o governante seja um bom intérprete das manifestações que a religião oferece e se beneficie da imagem religiosa, pois a proteção do Estado e o amor à pátria do povo dependerão dessa habilidade. Nas palavras de Adverse (2009), a religião é um recurso privilegiado para a solidificação dos fundamentos de um Estado, para assegurar sua coesão e sua duração, por isso não pode ser desprezada por nenhum governante.⁶⁸ A religião se torna, portanto, um elemento de grande eficácia política que deve ser dirigido com inteligência pelo condutor do Estado para manter as instituições e a moralidade pública e para garantir com prudência a conservação da pátria.⁶⁹

A função política da religião se faz por dois resultados diferentes e é reduzida a uma dupla função, com a formação e geração de um mesmo efeito. Para Maquiavel, a religião deve ser compreendida como *instrumentum regni*, que se transforma em ferramenta para que o ofício dos governantes leve os cidadãos a cumprir, por meio da coação, a produção de um resultado, e contribuir com o viver coletivo e normativo e com a atuação como força de persuasão da educação cívica. Assim, a religião é colocada sob a perspectiva dos determinantes políticos, ou seja, cumpre uma função intimamente política, sua ostentação proporciona no fato de ela construir um *instrumentum regni*, isto é, um instrumento das necessidades instauradas pela vida política. Portanto, os dois resultados

⁶⁷ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 198.

⁶⁸ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 90.

⁶⁹ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 200.

possuem a mesma função e ocorrem ao mesmo tempo dentro do papel político da religião, cultivar a paz e a ordem do Estado. Nas palavras de Leonardi (2007), “[...] o exercício da religiosidade é indispensável à construção do espaço humano e das relações sociais que dela decorrem”.⁷⁰ Em sua dimensão política, a religião transforma os hábitos do povo, transforma mais do que os conflitos sociais, do que as denúncias ou, até mesmo, do que as leis. O sentimento religioso, quando direcionado ao culto dos símbolos pátrios e ao respeito das instituições políticas, produz um efeito civilizador eficiente. Maquiavel aborda o tema da ordenação civil pela análise de como Roma se utilizou da religião para organizar suas instituições e a vida normativa das leis:

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil, com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se (*Discursos*, I, 11, p. 48)

Nessa passagem, Maquiavel apresenta a iniciativa de Numa, sucessor de Rômulo, num tempo em que o problema político era limitar seu povo ao cumprimento civil. Em função da necessidade de pacificar o povo romano, usou a religião como instrumento para “conduzi-lo à obediência civil”. Ao associar o cumprimento de uma norma política a um dever religioso, Numa teria realizado um empreendimento que, sem a presença da religião, seria impossível. Portanto, a ferocidade do povo não poderia ser dominada pela força, quando se tinha em mira a manutenção de um Estado e a sobrevivência após a morte de seu fundador.⁷¹ Esse uso da religião como *instrumentum regni* delimita o âmbito de análise da religião. A religião desempenha um papel constitutivo da sociedade e formador do caráter dos cidadãos. O empreendimento político dos homens de Estado é facilitado pela função de coesão social, desempenhada pela religião. O ensino e o preparo dos cidadãos para viverem segundo uma conduta normativa fazem da religião uma espécie de terreno preparado sobre o qual depois se projeta o Estado e o viver político:

⁷⁰Cf. LEONARDI, Marcos Evandro. *Entre o elogio e a censura: o lugar da religião no pensamento de Nicolau Maquiavel*, p. 10.

⁷¹ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 90.

Mais do que pensar a relação entre religião e política, ou mesmo a respeito da dimensão religiosa para os atores políticos, tema recorrente em vários pensadores, a questão de Maquiavel está em pensar a religião no mundo político como ferramenta na condução das coisas públicas. Os ordenadores não devem respeitar o sentimento religioso de um povo, mas saber usar desse para bem governar. (MARTINS, 2007, p.124)

Não é somente o aspecto político da religião que deve ser focado, mas o uso que se pode fazer quando se deseja ordenar uma cidade, como era o caso da religião sob o governo de Numa, o qual, para alcançar seus objetivos, não tratou o povo no terreno da força, mas compreendeu que precisava voltar-se às “artes da paz”. Numa compreendeu que a força não era o elemento fundamental para levar os cidadãos à obediência, e sim à religião. Sendo assim, a religião foi aceita por ter se tornado um “modo de ser” dos romanos, isto é, parte integrante de sua cultura. Ames (2006), nos lembra que, “[...] se o povo romano se submeteu à ordem política em virtude do mandamento religioso, foi porque reconheceu nele um valor”.⁷² Esse valor manifestava-se nos bons costumes, no cumprimento da lei, na coragem dos soldados e nas virtudes cívicas.

A religião exige do governante a habilidade de servir-se de forma perspicaz da fé do povo para induzi-lo à obediência da lei civil, pois não é a violência, mas a religião o elemento mais eficaz para levar o povo a um *vivere civile*. Somente um líder de *virtù* é capaz de levar os cidadãos a temer a desobediência às ordens do Estado como se fosse uma ofensa a Deus, pois o temor de Deus só é eficaz quando utilizado por um governante que possa dirigi-los corretamente. Segue-se, portanto, que a grandeza de uma religião procede da função e importância que ela exerce em relação à vida coletiva e “[...] ambas, função e importância, são de caráter normativo: a religião ensina a recorrer e a respeitar as regras políticas a partir do mandamento religioso”.⁷³ Isso se deve à dominação e à força do mandamento divino em relação à lei humana para submeter o povo, pois os “[...] cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens”.⁷⁴

De fato, as diferenças entre a lei divina e a regra política pertencem ao conhecimento do governante. O ator político, para atingir os homens, deverá recorrer à religião e, a partir daí, a figura do fundador político deverá se fundir com a do líder religioso. Essa fusão não

⁷² Cf. AMES, José Luiz. Maquiavel: a lógica da ação política, p.63.

⁷³ Cf. AMES, José Luiz. Maquiavel: a lógica da ação política, p. 53.

⁷⁴ MAQUIAVEL, *Discursos*, I, 11, p. 49.

significa que o Estado deverá se subordinar ao religioso ou o religioso ao Estado, mas que a imagem e a atuação do político deve guardar algo religioso porque sua eficácia depende em parte de sua inserção na dimensão religiosa, sobretudo para aquele que está prestes a ordenar um Estado.⁷⁵ Se uma lei é apresentada ao povo apenas como lei estabelecida pelo dirigente, ela não atingirá o objetivo aspirado de forma pretendida, mas, se for exposta ao povo como um mandamento divino, ela se torna facilmente recebida, pois o medo de violar uma lei divina é maior que descumprir uma lei estabelecida pelo legislador, pois que a religião torna-se mais hábil que a força das leis humanas no domínio e na organização dos cidadãos. Nesse sentido, afirma Bignotto (1991), “[...] o que lhe interessa no fenômeno religioso não é, contudo, o conteúdo da fé, mas o fato de que as religiões realizam com perfeição a passagem da vontade particular para a universalidade da lei”.⁷⁶

Considerando, pois, que a religião, em seu fundamento, é essencialmente “temor de Deus” e que cumpre o papel de formadora do sentimento político dos cidadãos, Maquiavel destaca vários instrumentos referidos capazes de produzir comportamentos politicamente úteis ao ordenamento do Estado, com ênfase à simulação, aos juramentos e aos vaticínios.

Uma das funções políticas mais importantes da religião consiste em inibir a corrupção do Estado. O desprezo do culto aos deuses, geralmente, favorece e eleva a incidência da corrupção. Para que a função política da religião seja eficaz, ela precisa ter natureza universal, válida para todos os indivíduos. Não pode ser partidarizada ou particularizada por grupos ou facções, pois isto leva à descrença. Os governantes, mesmo que não sejam religiosos, devem respeitar os sentimentos religiosos já que a religião cumpre a função de auxílio na manutenção da unidade do povo e dos bons costumes: “O conhecimento da diferença entre a norma política e o mandamento divino é do domínio unicamente de quem governa”.⁷⁷ Em outras palavras, fica claro que a questão principal não é a verdade da religião, e sim a da interpretação da vontade divina por aqueles que comandam e a favor de seus propósitos. O engano tem destaque nos exemplos de Maquiavel, quando essa atitude faz da religião uma ferramenta apta para proporcionar comportamentos individuais e coletivos politicamente vantajosos. Novamente podemos destacar a atuação de Numa em Roma:

⁷⁵ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 92.

⁷⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 07.

⁷⁷ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 56.

Numa ficaria em primeiro lugar: porque, onde há religião, facilmente se podem introduzir armas; e, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida. E vede que Rômulo, para ordenar o senado e para criar outras ordenações civis e militares, não precisou da autoridade de Deus, mas Numa sim, e este simulou ter intimidade com uma Ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava. (*Discursos*, I, 11, p. 50)

Aqui o verdadeiro problema não é saber se há ou não algum fundo de verdade na religião, mas a imagem produzida para dirigir os sentimentos e as energias que a religião suscita no espírito dos cidadãos num caminho politicamente útil e construtivo. Para ser efetiva, a autoridade necessita se apoiar sobre a religião devido ao poder de persuasão desta. Se o dirigente se apresenta ao povo como alguém que mantém contato com um Deus, sua tarefa legisladora é imediatamente alçada a outro nível no qual a palavra pronunciada não é mais objeto de discussão e ganha força imperativa: a ordem que o legislador quer introduzir tem o aval de um Deus.⁷⁸ Numa, diz Maquiavel, percebeu que sua autoridade seria incapaz de “criar ordenações”, porém, compreendendo a importância de tal iniciativa, “[...] simulou ter intimidade com uma Ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo”. O engano, evidentemente, só era do conhecimento de Numa, sendo posteriormente avaliado pelos resultados obtidos, o povo maravilhado, cedia ante todas as argumentações.

É preciso, portanto, que o governante coloque em cena o aparato religioso e faça funcionar seu incomparável poder de persuasão, o que requer habilidade, porque, se a falsidade é descoberta, os homens se tornam incrédulos e tendem a perturbar a boa ordem. Mesmo assim, no entanto, a falsidade ou a veracidade da própria religião tem menor relevância do que a sua efetividade, ou o seu poder de mobilizar os homens. O que importa é a utilização de seu poder de persuasão e, uma vez que ela o perde devido à imprudência do ator político, o laço social se encontra ameaçado e as divisões dentro da cidade tendem a se acentuar a ponto de ameaçar a sobrevivência da comunidade. Sendo assim, o poder da lei não é suficiente para mover os homens sem o recurso da religião. O que explica essa força da religião é a capacidade de tocar diretamente as paixões dos homens e, dentre elas, a paixão fundamental do medo.⁷⁹ Para Maquiavel, portanto, as atitudes em favor do bem coletivo dos cidadãos são justificáveis pelo resultado produzido, pois a imagem

⁷⁸ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 94.

⁷⁹ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 95.

garante ao ordenador um estabelecimento de ordem obediente, sem o uso da força do Estado.

Um segundo aspecto pode ser observado no modo como os romanos se serviam dos oráculos e dos vaticínios. No capítulo XIII do primeiro livro dos "Discursos" podemos encontrar exemplos apresentados por Maquiavel referentes ao modo como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade, realizar suas empresas e debelar tumultos:

Como o povo romano tivesse constituído tribunos com poder consular, sendo todos plebeus exceto um, e ocorrendo naquele ano peste, fome e certos prodígios, os nobres usaram essa ocasião na nova eleição dos tribunos, dizendo que os deuses estavam irados porque Roma usara mal a majestade de seu império, e que não havia outro remédio para aplacar os deuses, senão restringir a escolha dos tribunos à classe dos nobres: donde que a plebe, atemorizada por aquela religião, elegeu como tribunos todos os nobres. (Discursos, I, 13, p. 57)

Se o juramento é obtido pela força, o oráculo é eficaz na medida da capacidade de simulação do ator político. O oráculo é sinal de proximidade com os deuses e essa proximidade, para ser convincente, tem de ser simulada, pois, para quem deseja estabelecer “ordem nova e inusitada”, aparentar o comércio com os deuses é imprescindível. O legislador não pode confiar apenas em sua própria autoridade quando vai apresentar as leis ao povo.⁸⁰

Outro exemplo apresentado por Maquiavel é o modo como os capitães se utilizavam dos temores religiosos para obter soldados dispostos a uma iniciativa patriota e participativa nas batalhas:

Vê-se também como, na expugnação da cidade de Veios, os capitães dos exércitos se valiam da religião para manter seus homens dispostos às empresas; pois, como o lago Albano estivesse surpreendentemente cheio naquele ano, e os soldados romanos estivessem enfadados com o longo assédio, querendo voltar para Roma, os romanos inventaram que Apolo e alguns outros vaticínios diziam que naquele ano se expugnaria a cidade de Veios, desde que se vazasse o lago Albano: e isso fez com que os soldados suportassem o fastio do assédio, dominados que estavam pela esperança de expugnar a cidade; e prosseguiram contentes, até que Camilo, tornando-se ditador, expugnou a cidade, depois de dez anos de sítio. (Discursos, I, 11, p.57)

O pensador afirma que, nesse caso, a religião bem empregada serve para conquistar a força na cidade e a devolução do tribunado à nobreza. Sem esse meio, dificilmente se

⁸⁰ Cf. ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, p. 93.

teria chegado a qualquer um desses objetivos: “[...] é importante destacar que o resultado deve convergir com o bem coletivo. É esse efeito positivo, reconhecido por todos, o que valida a sua utilização”.⁸¹ Assim, portanto, a interpretação cujo efeito é manifestamente beneficiável apenas às minorias favorecidas, ou a algum dirigente no poder, tem por consequência a difamação do oráculo ou dos augúrios. Nesse caso, havendo prejuízo à fé, da descrença logo brota o tumulto, que danifica a continuação durável da vida do Estado.

Outro aspecto que deve ainda ser destacado é o proveito do juramento religioso feito em público em relação ao juramento político, em que não se obtêm e provoca a mesma obrigação. O pacto feito entre os homens e os deuses, por estar alicerçado no temor, cria mais comprometimento do que os pactos feitos entre os homens. Ao perceber a fragilidade desses pactos humanos por oposição à força dos juramentos para com os deuses, Maquiavel vê neles o grande instrumento político à disposição do ordenador para instaurar um sólido Estado:

E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muito dos romanos de per se verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião de Mânlio Torquato. Porque, depois da derrota infligida por Aníbal aos romanos em Canas, muitos cidadãos se haviam reunido e, desacorçoados com a pátria, combinaram abandonar a Itália e ir para a Sicília; Cipião, ao saber disso, foi ter com eles e, de espada em punho, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria. Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que depois foi chamado Torquato, fora acusado por Marcos Pompônio, tribuno da plebe, e, antes de chegar o dia do julgamento, Tito foi ter com Marcos e, ameaçando matá-lo se ele não jurasse que retiraria a acusação feita a seu pai, obrigou-o a jurar; e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação. (*Discursos*, I, 11, p.49)

A passagem nos leva a compreender que o uso que se faz do juramento estabelece uma involuntária manifestação de responsabilidade da parte do indivíduo, uma intensa vinculação entre o medo reservado de um Deus e uma obrigação pública de caráter político. O Estado não se conserva pela força e sim pela lei e a eficácia da lei que é reconhecida através dos instrumentos da religião: “A dinâmica do juramento: ele não resulta de um ato espontâneo, de uma obrigação coletiva que uma comunidade dá voluntariamente a si própria, mas, muito antes, é sempre efeito de uma coerção”.⁸²

Dessa forma, portanto, por conservar apenas o resultado coercitivo e, por assim dizer, inibidor, a religião aparece de modo negativo para quem deve obedecer. Já do ponto

⁸¹ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 60.

⁸² AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 62.

de vista do Estado, sua função é positiva. Considerada como valor instrumental, a religião é um elemento de grande eficácia política que deve ser manejada com astúcia pelo chefe de Estado para manter as instituições e a moralidade pública e para assegurar melhor a defesa da pátria e um bem coletivo para seus cidadãos.

Das condições apresentadas sobre a necessidade da religião, como um instrumento político capaz de ordenar e reordenar uma cidade, observamos que nos faz pertinente abordarmos para a reflexão que circunscreve a esfera desta pesquisa, o assunto das armas, pois, para Maquiavel “ [...] onde há religião, facilmente pode introduzir armas, mas, onde houver armas, mas não houver religião, esta com dificuldade poderá ser introduzida [...]”.⁸³ Sendo assim, analisaremos que além da religião, as armas também possuem grande importância para a boa ordem, preservação e manutenção da cidade.

1.4.3 A *virtù* do príncipe com boas armas e o povo

Em "O Príncipe", ao realizar uma minuciosa investigação sobre conquista, fundação e manutenção do principado, Maquiavel procura salientar como as armas fornecem a força necessária para o príncipe superar as dificuldades enfrentadas nessas tarefas. Armas, para Maquiavel, não se enquadram somente em funções técnicas, e sim também na sustentação da política. Para isso, para Maquiavel, torna-se indispensável a reflexão sobre se é possível a preservação da política sem as forças militares, pois as armas são um fator importante, sendo utilizadas como um instrumento político indispensável para a conservação e proteção dos súditos e dos territórios. Para Ames (2002), a religião também não se restringe ao seu desempenho meramente instrumental de simples meio para conservar o Estado seguro e duradouro, mas cumpre o papel de formadora de uma consciência coletiva geradora consentimento. O papel das forças armadas não se restringe, igualmente, como em princípio poderíamos supor, à sua dimensão coercitiva.⁸⁴ Nesse sentido, a organização de uma milícia popular é para Maquiavel o melhor momento da política, pois, se contata a importância do povo na criação e manutenção de um Estado forte e seguro.

⁸³ Cf. MAQUIAVEL, *Discursos*, I, 11, p. 50

⁸⁴ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 224.

Ao realizar uma minuciosa investigação sobre a conquista, a fundação e a manutenção do principado, Maquiavel salienta que as armas fornecem forças necessárias para o condutor superar as dificuldades enfrentadas nas tarefas e execuções do território. Mesmo assim, porém, para o pensador florentino, armas não comportam somente funções técnicas, mas também políticas. Como afirma Lefort, “[...] não é um bom governo o que não souber associar sabedoria política e poder militar [...]”.⁸⁵ Nessa perspectiva, é necessário analisar o papel das armas como um importante instrumento político.

Maquiavel sempre considerou necessário que os poderes políticos e militares estabelecessem uma unidade e que as armas servissem de instrumento para proporcionar a vida concreta para as boas leis.⁸⁶ Em se tratando de um Estado, são necessários alguns elementos que garantam a ordem e também a defesa em relação ao inimigo. Na passagem do capítulo XII de "O Príncipe", o pensador faz um jogo ao colocar as armas e as leis como complementação. Afirma também que os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as “[...] boas leis e as boas armas [...]”, e que não se podem ter leis sólidas onde não houver boas armas, e onde existirem boas armas costuma-se ter leis seguras.⁸⁷

Maquiavel não considera que somente as boas leis sejam suficientes para garantir um alicerce sólido para a conservação da disciplina política no Estado. Decorre que dessa situação não é possível uma cidade ter boas leis, se não possuir boas armas e bons soldados. Elas, por si só, são incapazes de impedir a sobreposição dos interesses particulares sobre os públicos, uma vez que não apresentam uma força coercitiva autosuficiente apta a punir os delitos cometidos pelos homens. Assim, “[...] as leis como sanções supõem o emprego da força ou das armas, e as armas, enquanto força organizada supõe ordenamentos ou leis”.⁸⁸ Para que seja possível constringer os homens a uma determinada conduta, estabelecida pelas boas leis, o dirigente precisa possuir uma ferramenta de eficácia e esta deve estar materializada nas boas armas⁸⁹.

Para construir um poder organizado e ciente das suas potencialidades são necessários exércitos organizados que lutem por convicção, desconsiderando os interesses particulares.

⁸⁵ LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 321.

⁸⁶ Cf. SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli: I – Il pensiero político*, p. 192.

⁸⁷ Cf. MAQUIAVEL. *O príncipe*, XII, p. 57.

⁸⁸ DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p. 115.

⁸⁹ No curso das exposições, o autor começa por uma enumeração, a dos exércitos (mercenários, auxiliares, mistos e próprios), que se apresenta como exaustiva, e aquela, muito vasta, das virtudes e dos vícios dos quais se tem o costume de gratificar um príncipe, depois retorna sobre cada um dos aspectos mencionados para fazer deles uma análise. Cf. LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 329.

Nesse aspecto é que Maquiavel condena os exércitos mercenários e os considera inúteis e perigosos. Afirma que o condutor que apresenta seu poder alicerçado em forças mercenárias jamais terá segurança e tranquilidade, pois são desunidos, ambiciosos, indisciplinados, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos.⁹⁰

Contratados por determinados valores (soldo), não possuem paixão ou motivos que os mantenham em campo, apresentando qualquer inexistência de patriotismo, o que foi um grande mal que afetou as cidades italianas contemporâneas a Maquiavel. Os comandantes (capitães ou chefes) de forças mercenárias chamadas *condottieri*, recebiam uma *condotta*, isto é, um contrato para conduzir o exército de um príncipe ou república mediante pagamento⁹¹. O príncipe deve, portanto, organizar um Estado que disponha de meios para se defender e não venha a depender exclusivamente da proteção de outro príncipe.

A Itália, na maior parte de suas cidades, não contemplava boas leis e nem boas armas, pois a proteção da cidade era confiada às tropas mercenárias. Assim, com a ausência de um exército bem disciplinado, da força das armas, ocorreram grandes dificuldades em construir um poder alicerçado em estruturas firmes: “Certamente as armas são um instrumento do poder constituinte – elas são não somente seu corpo, mas também seu prolongamento. As armas são a dinâmica da constituição do principado, não somente no tempo de guerra, mas também em tempo de paz.”⁹²

O chefe deve estar atento a qualquer possibilidade de imprevistos a que possa estar exposta sua cidade. A situação que faz com que um homem ou vários não tenham condições de prever as coisas, obriga-os a estarem sempre preparados. É relativamente plausível um governante estar sempre precavido para evitar o malogro da surpresa e também para manter sua pátria forte.

A preparação de uma milícia forte e popular é o momento em que, segundo Maquiavel, melhor se verifica a importância de um Estado forte. Segundo Ames (2002), é na defesa da pátria dos ataques externos que o povo participa de modo mais elevado nos negócios públicos, de modo que o cidadão maquiaveliano é, fundamentalmente, um cidadão-soldado: o exercício da cidadania implica o serviço militar. A questão militar e a questão política se interligam estreitamente no seu pensamento.⁹³

⁹⁰ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, XII, p. 58.

⁹¹ Cf. AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 224.

⁹² Cf. NEGRI, Antonio. *O poder constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 81.

⁹³ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 224.

Maquiavel recomenda aos príncipes o incansável aprimoramento da arte da guerra. Para tanto, nunca devem permitir “[...] que seus pensamentos se afastem dos exercícios militares; exercícios que devem praticar na paz mais ainda do que na guerra, de duas formas: pela ação e pelo estudo”. Pelo estudo, lendo histórias de países e observando como os grandes homens se conduziram nas guerras. Pela ação, mantendo a tropa disciplinada em constantes exercícios, que tanto podem ser realizados em situações simuladas de campanha, como em caçadas ou nos mais diversos esportes.

A reflexão do pensador florentino a propósito da arte da guerra era orientada pela necessidade de criar o sentido de coletividade civil, contrapondo a ideia de defesa da pátria e devotamento ao Estado à motivação por interesse pessoal dos exércitos mercenários. Assim, tanto o príncipe quanto o exército devem ter *virtù* para não serem fracos ou corruptos. Para Maquiavel, a criação de um exército permanente com seus próprios cidadãos comandados pelo governo é fundamental para o fortalecimento, preservação, manutenção e expansão territorial.

Nessa perspectiva, a primeira indicação de Maquiavel referente ao apoio popular aos chefes de Estado se dá no terceiro capítulo de "O Príncipe", quando o pensador sustenta que, mesmo “[...] dispondo de exércitos valorosos, sempre precisará de apoio dos habitantes para penetrar numa província”.⁹⁴ Nas próximas escritas afirma que “[...] somente é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio na adversidade [...]”. Maquiavel finaliza sua reflexão dizendo que “[...] um príncipe sábio deve sempre encontrar um modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em qualquer tempo, tenham necessidade do Estado e dele; assim, eles sempre lhe serão fiéis”.⁹⁵

⁹⁴ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, III, p. 7.

⁹⁵ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, IX, p. 47.

2 A VIRTÚ E OS MODELOS DA AÇÃO POLÍTICA

Ao iniciar o capítulo VI, “Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e com *virtù*”, Maquiavel distingue algumas maneiras de se conquistar e se manter como chefe de estado. A primeira forma é a conquista a partir da *virtù* e das próprias forças, pois, para o pensador florentino, nos principados existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja superior ou inferior a *virtù* de quem conquistou.

Assim, a passagem de um simples cidadão a príncipe presume *virtù* ou *fortuna*, ou seja, uma dessas duas partes pode amenizar muitas das dificuldades. Por conseguinte, aquele que depende da fortuna adquire melhores efeitos favoráveis nas ações. Quanto aos que pela própria *virtù* se tornaram dirigentes, Maquiavel menciona como modelo o personagem Moisés, apresentado como um exemplo de êxito da Antiguidade. Para tanto, o autor logo desconsidera as atitudes de Moisés por se tratar de um executor de coisas ordenadas dentro da divindade, mas, por conseguinte, alega que tal líder religioso pode ser considerado um exemplo a ser imitado e analisado também dentro das ações efetuadas com *virtù*. Outra figura utilizada pelo pensador nesse mesmo bloco diz respeito ao frei Girolano Savonarola, que é exemplificado como um exemplo de fracasso dos dias atuais, um profeta desarmado, que, ao precisar se dispor de outro modo perante as circunstâncias, não modificou seu comportamento e suas ações, gerando assim uma destituição de poder e sua própria ruína.

Outro capítulo utilizado por Maquiavel para demonstrar exemplos de *virtù* é o tratado com a seguinte abordagem: “Dos principados novos que se conquistam com as armas e a *fortuna* de outrem”, este bloco é dedicado quase todo à análise das aventuras de César Bórgia, em que Maquiavel retoma a discussão de que existem duas formas de se conquistar um principado novo: uma com armas e *virtù* próprias e outra com armas de outros e contanto apenas com a *fortuna*. Assim, é o caso de Bórgia, que adquiriu o poder pelas mãos de seu pai, porém, manteve com perspicácia suas articulações na manutenção do poder enquanto atuava como dirigente político.

Diante disso, apresentamos, neste capítulo, três exemplos apresentados por Maquiavel em suas reflexões. Moisés, como um exemplo de um bom fundador e mantenedor, Savonarola como um exemplo de efeito negativo na regência dos negócios

públicos e Bórgia, o qual é apresentado como uma figura que não conquistou o poder pela *virtù*, mas utilizou de meios inteligentes para sustentar suas habilidades.

2.1 Moisés: a religião e política no deserto.

No capítulo seis da obra "O Príncipe", ao abordar o tema "Dos principados novos que se conquistaram com armas próprias e com *virtù*", Maquiavel inicia sua reflexão referindo alguns líderes por ele considerados importantes, que, pela própria *virtù*, se tornaram dirigentes. Como diz ele, os mais importantes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, etc.⁹⁶ E, apesar de Maquiavel não considerar interessante a discussão sobre Moisés, por ter sido "[...] um mero executor de coisas ordenadas por Deus [...]", deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus.⁹⁷ Esse personagem histórico, no entanto, aparece várias vezes em suas escritas, e sempre quando o pensador florentino se refere aos líderes que são dignos de imitações.⁹⁸ Na obra "Discursos", Maquiavel também relata, em suas escritas, que "[...] entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões [...]", logo depois, "[...] os que fundaram repúblicas ou reinos"⁹⁹. Sendo assim, consideramos esse personagem como foco desta parte do trabalho.

⁹⁶ Moisés libertou os hebreus do cativeiro egípcio; Ciro fundou o Império persa (VI a.C.); Teseu e Rômulo pertencem às lendas de fundação das cidades de Atenas e Roma. No entanto cabe enfatizar que as fronteiras entre o lendário e o histórico, no tempo de Maquiavel, estavam longe de coincidir com as que traçamos no dia de hoje. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VI, p. 25.

⁹⁷ Moisés não é chamado, nas escritas de Maquiavel, como um fundador e conquistador, porém ele parece estar presente muitas vezes disfarçado como um dos "muitos outros". Cf. MARX, Steven. *Moses and machiavellism*, p. 563.

⁹⁸ Maquiavel foi um dos primeiros a ler a Bíblia não como revelação, mas como um texto secular, da mesma forma que lera as histórias clássicas. Seu Deus não era mais ou menos real para ele do que as divindades gregas e romanas. Essa abordagem humanista permitiu-lhe reconhecer uma riqueza nos fatos, e em caráter o relato bíblico do nascimento da nação israelita liderada por Moisés, visto também pelo florentino como um libertador heróico e conquistador violento. MARX, Steven. *Moses and machiavellism*, p. 551-554.

⁹⁹ MAQUIAVEL, *Discursos*, I, 10, p. 44.

No Moisés do pentateuco¹⁰⁰, Maquiavel também descobre um herói ideal, um libertador e conquistador violento, um modelo de qualidades inerentes aos que fundaram instituições duradouras¹⁰¹, pois, além de alcançar a glória por ter libertado seu povo da escravidão, Moisés foi um bom governante porque soube fazer um novo ajuste sempre que se apresentavam novas necessidades para seu povo. Agiu de maneira modelar ao instituir todos os ordenamentos políticos e religiosos para a criação de uma nova forma política.

Na análise de Maquiavel, o caráter especial dos líderes pode fazer sentido em algumas situações. O dirigente é distinguido por eficiente e audaz, ou seja, por sua *virtù*, na qual inclui qualidades como virilidade, coragem, força e inteligência (ao invés de verdade, bondade, justiça). É o que impulsiona os homens para o poder que os torna brutos e que os leva à fama. Assim, a *virtù* é adquirida através da superação das adversidades com a vontade e a capacidade. Nas ações de suas vidas, recebem nada mais que a oportunidade, assim definida por Maquiavel por “ocasião”. Do grego “ocasião” é expressa por *kairós*, que significa “tempo oportuno” ou “momento certo”, ou seja, o homem aproveita da “ocasião” como fonte de projetos ordenadores da vida em seu meio. Assim, o dirigente que traçar seus planos deve levar em conta que absolutamente o novo pode acontecer, e que somente um homem virtuoso opera em momentos oportunos. No poema "Da ocasião", de Filippo de Nerli¹⁰², a oportunidade é colocada como uma percepção imediata, “[...] e tu, enquanto perdes tempo falando, ocupado com pensamentos em vão, não notas que eu já escorreguei em suas mãos”. Era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que esse povo se dispusesse a segui-lo e a lutar pela liberdade. Uma ocasião como essa é o que torna um homem afortunado; enquanto sua excelente *virtù* faz com que reconheça a ocasião. Com isso, traz honra e felicidade à sua pátria.¹⁰³

Conforme os fatos avançam, as circunstâncias obrigam o líder a assumir e, de certo modo, a antecipar ou a repetir funções, que, assim, se multiplicam e se sobrepõem. Ao falar de Moisés, Maquiavel deixa de lado as variedades de atribuições cristãs tradicionais utilizadas nas escritas da Bíblia, e passa a comentar somente os cenários e as crises

¹⁰⁰ Do grego, "os cinco rolos", o pentateuco é composto pelos cinco primeiros livros da Bíblia, escritos por Moisés, que compreende Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, seus conteúdos básicos são: (I) começo do mundo e do homem; (II) história dos patriarcas, desde Abrão até José; (III) escravidão e saída do Egito; (IV) revelação e aliança em Monte Sinai; (V) material normativo, religioso e jurídico, como o Decálogo, o código da Aliança e diversas leis do culto, intercalado com a narração da chegada a Canaã. Cf. GALIMIDI, José Luis. *Moisés, o la política en el desierto*, p. 298.

¹⁰¹ Cf. MARX, Steven. *Moses and machiavellism*, p. 552.

¹⁰² Filippo de Nerli (1485-1556) tinha longa familiaridade com Maquiavel. Foi autor dos *Commentari de fatti civili occorsi dentro la città di Firenze dal 1215 al 1537*.

¹⁰³ Cf. MAQUIAVEL, *O príncipe*, VI, p. 25.

políticas em que Moisés adota decisões urgentes, atitudes que, na perspectiva de Maquiavel, evidenciam claros comportamentos de um perfil de homem de *virtù* – pois tem sucesso aquele que é capaz de adaptar sempre suas estratégias de ação de acordo com as modificações do curso do tempo, ou seja, um novo modo de expressar a flexibilidade.¹⁰⁴

Para Maquiavel, o dirigente deve entender que não pode observar todas as coisas pelas quais os homens são considerados bons, pode agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião. Precisa, portanto, ter a personalidade preparada para voltar-se para onde lhe ordenaram os ventos e as variações das coisas, porém, não se afastando do bem, mas saber entrar no mal quando necessário.¹⁰⁵ Foi exatamente sobre esse ponto, admirável em Moisés, que Maquiavel faz seus comentários, pois, além de utilizar da religião, empregou um Deus como um grande professor e um pedagogo de recursos,¹⁰⁶ como se pode examinar no final do livro "Deuteronômio" escrito sobre Moisés:

Não se levantou mais em Israel profeta comparável a Moisés, com quem o Senhor conversava face a face. (Ninguém o igualou) quanto a todos os sinais e prodígios que o Senhor o mandou fazer na terra do Egito, diante do faraó, de seus servos e de sua terra, nem quanto a todos os feitos às terríveis ações que ele operou sob os olhos de todo o Israel.¹⁰⁷

Tal personagem tem atitudes heróicas e divinas ao mesmo tempo, sua voz é incomparável e inatingível, tanto que nos livros de Êxodo e Números, o profeta é retratado às vezes como um servil mundano de personalidade mais que humana e, em outras vezes, é mencionado e identificado como um Deus vitorioso.¹⁰⁸ No capítulo trigésimo do livro terceiro dos "Discursos", Maquiavel afirma que “quem ler a Bíblia sensatamente verá que Moisés, para que suas leis e suas ordenações tivessem progressos”, foi obrigado a matar muitos indivíduos movidos por inveja e que agiam para inviabilizar seus desígnios. O profeta mandou atacar as terras de Madianitas e enviou doze mil homens para o combate, atacando os Madianitas como ordens do Senhor, matando reis e líderes, eliminando a todos os varões adultos inimigos, e aprisionando mulheres com seus filhos, apanhando todo o gado, rebanhos e bens, incendiando todas as cidades que habitam e todos os acampamentos, levando consigo todo o espólio e todos os despojos, animais e pessoas.

¹⁰⁴ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, p. 144.

¹⁰⁵ Cf. MAQUIAVEL. *O príncipe*, XVIII, p. 85.

¹⁰⁶ Cf. MARX, Steven. *Moses and machiavellism*, p. 556.

¹⁰⁷ Bíblia Sagrada, Livro Deuteronômio, 34, 10-12, p. 253.

¹⁰⁸ Cf. MARX, Steven. *Moses and machiavellism*, p. 554.

Irado com os chefes militares, o profeta ordenou que matassem todas as mulheres que tivessem tido comércio com um homem e os filhos varões, mantendo somente as crianças mulheres e jovens preservadas.¹⁰⁹

Maquiavel explica as ações brutais de Moisés justificando que a inveja é muitas vezes a razão pela qual os homens não conseguem realizar boas ações. Acaba-se com a inveja de dois modos. O primeiro é quando, diante de um acontecimento grave e difícil, e todos vendo o perigo, deixam de lado a ambição e correm espontaneamente a obedecer. O segundo modo é quando, para vencer a inveja, não se tem outro remédio senão a morte daqueles que a nutrem, ou por morte natural ou por morte induzida pela ação cruel. Nesse caso, como afirma Maquiavel, é muito difícil livrar-se de muitos por morte natural, então a melhor maneira é o condutor pensar em todos os meios possíveis para livrar-se desse problema.¹¹⁰

Desse modo, Moisés, ao se deparar com povoados que não seguiam sua doutrina, que possuíam lugares de cultos, imagens e objetos de idolatrias, povoados esses que poderiam tirar sua autoridade de condutor e de retransmissor das palavras religiosas; vendo ele que poderia correr o risco de suas pregações não mais valerem para controlar seu grupo; percebendo que a obediência não viria voluntariamente, utilizou de meios violentos para conseguir manter sua capacidade de influência.

Ao se debruçar sobre esse assunto, Maquiavel afirma que “[...] todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam”. Moisés não teria conseguido que suas constituições e seus desígnios fossem obedecidos por tanto tempo se estivesse desarmado. E foi o que aconteceu no tempo de Savonarola, que se arruinou a partir do momento em que a multidão começou a não acreditar e ele não dispunha de meios militares, nem para manter firme o que havia creditado, nem para fazer crer os descrentes.¹¹¹

Homens como Moisés, afirma Maquiavel, enfrentaram grandes dificuldades, defrontaram-se com caminhos perigosos e precisaram superar-se pela *virtù*. Após vencerem esses perigos, passaram a ser venerados e, tendo aniquilado os que tinham inveja de suas qualidades, tornaram-se poderosos, seguros, honrados e felizes.

¹⁰⁹ Cf. Bíblia Sagrada, Livro Números, 31, 1-19 p. 209.

¹¹⁰ MAQUIAVEL. *Discursos*, III, 30, p. 411.

¹¹¹ MAQUIAVEL. *O príncipe*, VI, p. 26.

2.2 O Caso de Savonarola.

As experiências do profeta Girolamo Savonarola são destacadas nas obras de Maquiavel. Frade tomista, profeta e ortodoxo, residente em Florença desde 1490, ficou conhecido por queimar livros e obras de artes considerados profanos. Desenvolveu um estilo profético de fazer pregações e de tal modo conquistou o apoio dos cidadãos florentinos.¹¹² Savonarola não se ocupou de fazer a manutenção da cidade e em formar bons soldados com boas armas para a defesa de seus cidadãos dos prováveis ataques. E foi no sentido de não mudar de atitude para a conservação do seu povo que Maquiavel aponta Savonarola como um sacerdote de muitas virtudes e pouca *virtú*, pois sua capacidade de agir em acordo com as circunstâncias, de mudar a atitude conforme a necessidade, não foi apresentada pelo profeta. Savonarola tinha, portanto, tudo para vencer, exceto as armas para defender-se, o que o levou à derrota e à morte.

Analisando a situação de Savonarola, observamos que o profeta estabeleceu uma crença em sua verdade, na verdade de suas palavras, conquistando e persuadindo o povo de Florença, cidade que passava por um período de transição política entre 1492 a 1494. Florença foi influenciada diretamente pelos sermões do monge e de sua doutrina religiosa. Sobre esse fato, Maquiavel comenta que:

[...] o povo de Florença não parece nem ignorante nem rude, no entanto, o frei Jerônimo Savonarola o persuadiu de que falava com Deus. Não quero julgar se era verdade ou não, pois que de tal homem se deve falar com reverência, mas digo, sim, que um número infinito de florentinos acreditava ter visto nada de extraordinário que os levasse a crer; porque sua vida, sua doutrina e o assunto de que falava eram suficientes para que lhe dessem fé. (*Discursos I*, 11, p. 52)

Savonarola estabeleceu uma crença em sua verdade, na verdade de suas palavras e dos seus atos: a inspiração precede o ato, mas o ato a revela. O frade ultrapassou a revelação, pois, diante da ausência do extraordinário, sua *persona* tornou-se a própria verdade.

Nessa perspectiva, Grazia transcreve, em suas escritas, as características do profeta, que, durante seis anos, transformou a vida de todos os florentinos: frade dominicano de Ferrara, pregador eloquente, legislador, praticamente ditador da moral e dos costumes de

¹¹² Cf. BENEVENUTO, Flávia. “*Virtù*” e valores no pensamento de Maquiavel, p. 47.

Florença, reformador da religião e da vida cotidiana, denunciante da corrupção papal e dos Médici, teocrata republicano. Raramente os florentinos tiveram rédeas tão curtas baseadas na piedade e no fervor religioso. O ar pesava de gemidos, hinos e incensos¹¹³. Savonarola parece finalmente ter usado de um subterfúgio igual, ao persuadir os florentinos de que ele conversava com Deus. Sucesso tanto mais significativo nos é sugerido pelo fato de ele ter tratado com um povo culto e não com camponeses grosseiros.¹¹⁴

Assim, a virtude cristã por excelência é a prática do bem em detrimento da prática do mal e, nesse caso, implica ainda a restrição da liberdade dos prazeres mundanos. A ação virtuosa diz respeito a uma ação que expressa valores cristãos, implicando necessariamente a prática do bem segundo tais valores. Em outras palavras, caracteriza-se pela reunião de valores elevados pelo cristianismo (que são valores contidos na lógica do bem e do dever ser). Nesse caso, agir com virtude se compõe de qualidades fixas, consideradas assim, nomeadas pelo comentador Skinner, virtudes cardeais: “sabedoria, justiça, coragem e temperança”.¹¹⁵

A respeito das ações do líder religioso, Lojendio (1958), comenta em suas escritas que frei Jerônimo “[...] mostrava uma inclinação excessiva para co-emplicar os problemas sobrenaturais com os negócios terrenos”.¹¹⁶ Sobre a queda do “profeta sem armas”, Maquiavel escreve que se arruinou exatamente por não ter a capacidade de mudar suas ações conforme a necessidade. Ao conquistar o povo, não fez nada para manter firme a crença, nem para fazer crer os descrentes. Seu poder sobre os homens desbancou quando palavras e imagens não mais persuadiram os cidadãos. No momento em que o profeta necessitava mudar suas atitudes para manter seu poder, não o fez. Sua persuasão deixou de fazer efeito, a necessidade de mudança de opinião não se concretizou, nem na preparação da fundação de uma nova ordem, nem na elaboração de defesas e boas armas para seu próprio povo.

Também apresentava comportamentos de ações relacionadas a realizações religiosas e particulares, pois, “lá no fundo da sua consciência, queria limitar o seu impulso à ação meramente religiosa”.¹¹⁷ Incomodava-se fundamentalmente com a salvação dos cidadãos, mas também pensava que era possível juntar suas inquietações religiosas com

¹¹³ Cf. DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, p. 63.

¹¹⁴ Cf. LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972. Tradução utilizada para uso didático cedida pelo prof. José Luis Ames, p. 36.

¹¹⁵ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*, p. 60.

¹¹⁶ Cf. LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 166.

¹¹⁷ LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 190.

uma reforma política que conduzia à passagem para o processo escatológico. A resolução social interessava-lhe, no entanto, somente no grau em que ela ligasse um caminho para o mundo divino.¹¹⁸ Nesse período de sua vida, o monge apresentava como preocupações a salvação da humanidade e se tornava pouco atento aos negócios mundanos de seu tempo. Debruçava-se sobre a ação moral e religiosa do seu próprio apostolado, mas, no fundo de sua alma, não podia ficar insensível perante a desordem política. Com suas palavras ardentes tinha agitado a consciência daquele povo que nele depositara sua confiança.¹¹⁹ Vidente de uma cidade separada por desordens internas intensas, pensador dogmático e ao mesmo tempo em completa concordância com seu tempo, Savonarola foi, sem dúvida, o personagem mais respeitável dos primeiros anos da nova República Florentina.

Expôs o tema com a maior simplicidade e apoiado em idéias fundamentais. Qual é o governo preferível? O de um só ou o de muitos? Com sua formação tomista, inclinava-se em termos gerais para a forma monárquica, e que a mesma não deveria ser confundida com a tirania, contra a qual lança os ataques mais violentos, chegando mesmo a defender o tiranicídio.¹²⁰ Justificava que o regime e o governo de um só chefe são bons quando o chefe é bom; definia esse governo como preferível a qualquer outro, pois dirigia-se com mais facilidade quando imperava a unidade. A razão de sua argumentação se dava na justificativa de que “[...] é maior dificuldade o reduzir à união muitos do que poucos, e a virtude, onde estiver mais unida, terá mais força, pois se encontra mais facilmente em um do que em muitos”.¹²¹ O profeta registra seus desejos também na introdução do seu *Tratato circa di Il reggimento e governo della città di Firenze*, de quatro temas: “[...] esforcei-me com toda minha inteligência para provar que a fé é verdadeira; para demonstrar que a simplicidade da vida cristã é suma sabedoria; para denunciar as coisas futuras, das quais algumas vieram e outras virão certamente: e, por último, preguei sobre o governo desta cidade”.¹²²

Apesar de todo seu esforço em relação a suas obras, não foi por causa delas que Savonarola influenciou vivamente o seu tempo. Influenciou não como teórico, mas como “praticante”, ou seja, era através, em especial, da sua pregação inflamada que as mudanças começaram a se apresentar. Lutou, por exemplo, para purificar os costumes e, ao proferir

¹¹⁸ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 59.

¹¹⁹ Cf. LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 190.

¹²⁰ BIGNOTTO, Newton apud WEINSTEIN, Donald. *Savonarole et Florence: prophétie et patriotisme à la Renaissance*, p. 60.

¹²¹ LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 191.

¹²² SAVONAROLA. *Tratado acerca do regimento e governo da cidade de Florença*, p. 133

suas palavras, a impressão dominante que ficava era a de seu impulso moral e religioso e suas fórmulas concretas que desciam ao âmago de todo problema político, no qual se moviam com a violência das paixões humanas. Transformou, aos poucos, seu discurso religioso em um discurso político de cunho religioso, ou seja, em um discurso político favorável às suas “ideias” religiosas. Chegou até mesmo a fundar o que poderíamos considerar como uma espécie de partido político para colocar em prática seu desejo, explícito em seu *Trattato circa di il regimento e governo della città di Firenze*. Savonarola combinou uma doutrina religiosa extravagante com as aspirações mais tradicionais das classes dominantes florentinas, o que explica em parte o sucesso de suas pregações.¹²³ Numa época de crise, Savonarola foi a “consciência moral da cidade”, e um guia para as tarefas mais cotidianas da existência. Da doutrina ideal, o pregador descia à consideração dos homens que deviam ser governados. Tinha em conta as disposições diversas, a diferença de engenhos e de temperamentos, mas nas zonas médias, como a Itália, onde abundavam juntamente o engenho e o sangue, os homens não vivem em paz sob só um chefe, pois todos e cada qual quer ser chefe para governar e dirigir os outros, para mandar sem obedecer. Daí nasce às discussões e as discórdias entre os cidadãos nos povos em que um quer se elevar para dominar os restantes.¹²⁴

Nessa manifestação, o monge Savonarola parecia querer adaptar-se à realidade. O seu critério democrático surgia da informação dos homens e das características da constituição latina e mediterrânea daqueles a quem mencionava concretamente nos seus raciocínios.¹²⁵ Assim, o frade chegava à conclusão de que, sobretudo em Florença, era preferível o governo de vários ao governo de um só: “Aconselham, no entanto, os doutores sagrados que nestes lugares onde a natureza não tolera um superior, é melhor o governo de muitos do que de um só”. Sobretudo, poder-se-ia dizer que era conveniente na cidade de Florença, onde a natureza dos homens abunda em meio ao sangue e ao engenho. Mas, argumentava Savonarola, esse governo de vários convém adaptá-lo bem regulamentado, pois de outro modo podem surgir sempre discussões e partidos, e os poucos homens inquietos se dividiriam e criariam grupos, e um partido expulsaria o outro, ambiente no qual se poderiam criar rebeliões e conflitos na cidade.¹²⁶

¹²³ Cf. BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*, p. 63-65.

¹²⁴ Cf. LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 192.

¹²⁵ LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 192.

¹²⁶ Cf. LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*, p. 192.

E foi nesse raciocínio que Maquiavel no primeiro livro, no capítulo 45, faz uma chamada em relação ao mau exemplo de não se observar uma lei e, sobretudo, por seu autor, nos descreve o fato:

O governo de Florença foi reordenado, depois de 94, com a ajuda do frade Jerônimo Savonarola, cujos escritos mostram a doutrina, a prudência e a *virtù* de seu ânimo; entre outras constituições que tinham em mira a garantia dos cidadãos, criou-se uma lei que possibilitava recurso ao povo das sentenças proferidas pelos Oito e pela *Signoria* em delitos políticos [per casi di stato], lei sobre a qual Savonarola pregou por muito tempo e que obteve com grande dificuldade; ocorre que, pouco depois de sua aprovação, cinco cidadãos foram condenados à morte pela Signoria, por delitos políticos [per conto di stato]; aqueles queriam recorrer, o que não lhes foi permitido, deixando-se de observar a lei. (*Discursos*, I, 45 p. 135)

Após essa atitude, Maquiavel afirma que essa maneira prejudicou ainda mais a reputação do monge, pois se o recurso era útil e necessário para a ordem, apresentava punições severas na concepção do Frade, então o mesmo não deveria ter solicitado e concordado com a aprovação,

E mais digno de nota foi esse acontecimento porque o frade, em tantas pregações que fez depois da transgressão dessa lei, nunca condenou quem a transgredira nem o escusou, como se fosse algo que não queria condenar porque lhe parecia oportuno, mas também não podia escusar. E isso, pondo à mostra seu ânimo ambicioso e partidário, destruiu-lhe a reputação e causou-lhe grande má fama. (*Discursos*, I, 45, p. 135)

Foi nessa base do pensamento político que Savonarola respeitava a maneira de governar Florença. A sua democracia (soberania popular) não nascia de convicções profundas, era oportunista e tinha como objetivo evitar as discórdias civis na luta pela conquista do poder. O governo do povo não era mais do que um capítulo do seu plano, mais amplo, de reforma moral dos costumes, e subordinado hierarquicamente à importância maior do propósito principal. Havia muita confusão em sua exposição e nas pregações em que explicava a sua tese de reforma moral e do bem comum, postulado central da sua doutrina política. Pregava com energia e em tom de polêmica. Durante a semana que seguiu ao terceiro domingo do Advento, subiu diariamente ao púlpito da Catedral, na intenção de desenvolver essas teses. No dia 16 de dezembro 1494, teve de se defender daqueles que o acusavam de querer interferir nos negócios políticos da cidade, mesmo sem ser florentino.

Assim, ao conquistar o povo, não fez nada para manter firme a crença e nem para fazer crer os descrentes. Seu poder sobre os homens desbancou quando palavras e imagens não mais persuadiram os cidadãos. E, no momento em que o profeta necessitava mudar suas atitudes para manter seu poder, não o fez. Sua persuasão deixou de fazer efeito, e a necessidade de mudança de opinião não se concretizou, nem na preparação da fundação de uma nova ordem, nem na elaboração de defesas e boas armas para seu próprio povo. Savonarola conquistou seu povo pela profecia, ou seja, predição do futuro, porém, em prol de sua moralidade religiosa acreditou que manteria seu estado e mesmo com a necessidade de fundar bons exércitos com armas próprias para sua conservação, o frade ignorou essa atitude, não se inclinou na necessidade de mudar sua ação para a permanência e manutenção do seu poder. Sendo assim, em sua liderança, os homens que no início foram persuadidos de fé, mais tarde não se deixaram mais estar sob esses efeitos. Diante dessa situação, a mudança de opinião significou uma queda de poder, uma vez que sua profecia era seu único apoio. Seu fim trágico demonstrou, então, que se equivocara quanto à força de um inimigo que tentou combater com as palavras.

Sobre sua queda, Maquiavel escreve que Savonarola se arruinou “[...] com sua nova ordem a partir do momento em que a multidão começou a não acreditar nela, pois ele não dispunha de meios para manter firmes os que haviam acreditado, nem para fazer crer os descrentes”. A ordem nova instituída por Savonarola era baseada em palavras e imagens. Seu poder sobre os homens acaba quando essas palavras e imagens (a representação) perderam seu poder de convencimento. Os homens foram persuadidos de que ele era digno de fé. Mais tarde, essa persuasão deixaria de fazer efeito – essa mudança de opinião significou sua queda, uma vez que era seu único apoio.¹²⁷ Homens assim, diz Maquiavel sobre as ações do frade, “[...] enfrentam grandes dificuldades, defrontando-se em seu caminho com perigos que precisam ser superados com a *virtù*”.¹²⁸

Embora relativamente curto, o período em que Savonarola se dedicou a modificar a estrutura político-religiosa de Florença teve, na interpretação de Maquiavel, uma grande importância, pois apresentou a noção exata dos perigos advindos da correlação entre política e cristianismo. Trouxe também em evidência a personificação do governante desarmado. Savonarola tem uma estimada importância para Maquiavel, pois não se pode negar que era um homem de muitas virtudes propriamente cristãs (fixas). Ocorre, porém,

¹²⁷ Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, p. 92.

¹²⁸ MAQUIAVEL. *O príncipe*, VI, p. 26.

que a manutenção do Estado exige, antes de tudo, flexibilidade dentro da *virtù*, que é a capacidade de agir de acordo com as circunstâncias, de mudar de atitude conforme a direção do vento. Portanto, o líder dotado de *virtù* é aquele dotado de rigidez e flexibilidade necessárias para enfrentar os desafios, obstáculos e imprevistos pelo caminho. Deve ir contra ou a favor da tradição, segundo o ditame dos acontecimentos, as implicações das conjunturas, as necessidades interpostas nas ações e segundo as finalidades.¹²⁹ E foi o que Savonarola realmente não tinha, e não entendeu que os tempos haviam mudado ou, se percebeu, não ousou modificar-se com eles.

2.3 César Bórgia e as Ações Apropriadas

César Bórgia, também conhecido como Duque Valentino¹³⁰, é outra lição nas obras de Maquiavel. O pensador florentino narra os enfrentamentos do Duque Valentino entendendo que, em sua trajetória, existe uma síntese de todas as questões referentes à fundação, à conquista e à manutenção do poder. Podemos, entretanto, analisar esse relato como uma construção que reúne, de maneira mais completa, todos os componentes de um homem de *virtù* em Maquiavel. O Duque, com a proteção de seu pai, o Papa Alexandre VI, adquiriu o governo de um Estado e instituiu uma ordem atualizada. Para conquistar essa nova ordem exigiam-se meios violentos para contrapor-se à desordem existente.

A *virtù*, em sua origem, em seu estado bruto, é a coragem contida num ato de violência que se impõe sobre as diversas formas de ferocidade, para estabelecer um princípio de ordem. Nesse sentido, Maquiavel, ao analisar as ações do Duque no capítulo sétimo de "O Príncipe", identifica nesse dirigente as condições imprescindíveis ao bom governo, como, por exemplo: agregação da força bélica e política o suficiente para autogarantir-se, como também buscar apoios e alianças necessárias, imprimir legitimidade no exercício do poder e nas ações governamentais. Assim, todos esses fatores podem ser

¹²⁹ Cf. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p.259.

¹³⁰ Esse título foi conferido a César Bórgia pelo rei francês Luís XII. Este havia lhe concedido o condado de Valença, posteriormente elevado a ducado e o título de duque de Valentinois. MAQUIAVEL. *O Príncipe*, VII, p. 28.

interligados em relações complexas e tendo como acolhida à necessidade do dirigente de sustentar-se sempre numa base de força e prestígio.¹³¹

Maquiavel não se pronuncia sobre os acontecimentos que fazem Bórgia equiparar-se às ações que conquistaram o poder pelo crime e atribui a ele intenções de pacificação. Faz uma escolha, e evidencia em suas leituras a avaliação dos atos e nas intenções apresentadas pelo Duque. Embora afirme que Bórgia simplesmente “conquistou o Estado com proteção do pai”¹³², Maquiavel assegura, de modo significativo, que as ações empreendidas pelo duque são exemplares:

[...] se considerarmos todos os procedimentos do duque, veremos que ele preparou amplos fundamentos para seu futuro poder, sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, visto que desconheça preceitos melhores para dar a um príncipe novo do que os exemplos de sua atuação. (*O Príncipe*, VII, p. 28)

Essa colocação deixa evidente que o que está sendo relatado é um exemplo a ser seguido, e que pode ser tomado como referência para a ação. O florentino continua sua justificativa dizendo que, “[...] sendo este ponto digno de comentários e de ser imitado por outros, não quero deixá-lo passar por alto”. Maquiavel nota que o êxito depende de um repertório amplo de ações e do saber específico que o dirigente deve possuir para manejá-lo segundo as circunstâncias.

Para Maquiavel, as ações do duque apresentavam, de maneira mais evidente, uma importância para a fundação do principado. Ao promover suas fundações, Bórgia demonstrou extrema destreza ao utilizar das suas habilidades para se chegar a um propósito final, que era estabelecer uma nova ordem política. Por isso o duque também tem o mérito de ser considerado um “paradigma do ‘príncipe novo’, porque teve de exercer sua *virtù* em um universo político onde todas as forças conspiravam contra seu sucesso”.¹³³ Assim, buscando compreender a trajetória de César Bórgia, Maquiavel nos mostra as ações do duque como um modelo de orientação para todos aqueles príncipes que pretendem realizar a fundação de um principado em bases sólidas. Maquiavel elogia o emprego da força por César Bórgia, mesmo em sua forma mais extrema, para buscar algo além da dominação.¹³⁴ E para justificar as atuações de Bórgia, Maquiavel comenta:

¹³¹ Cf. FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*, p. 61-166.

¹³² Cf. MAQUIAVEL. *O Príncipe*, VII, p. 28.

¹³³ BIGNOTTO. *Maquiavel republicano*, p. 130.

¹³⁴ CHISHOLM. *A ética feroz de Maquiavel*, p. 52-53

César Bórgia era tido como cruel; no entanto com sua crueldade reergueu a Romanha, reunificando-a e restituindo-lhe a paz e a lealdade, o que, bem considerado, evidenciará que ele foi muito mais piedoso que o povo florentino, o qual, para evitar a fama de cruel permitiu a destruição de Pistóia. (*O Príncipe*, XVII, p. 79)

Ao que parece, Maquiavel busca exemplificar o termo *virtù* com os exemplos efetuados pelo Duque, e argumenta que um príncipe não deve preocupar-se com a fama de bárbaro quando tem por objetivo “manter seus súditos unidos e obedientes”. Pois, sua atitude será mais piedosa do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam evoluir as desordens, das quais resultam assassínios e rapinas, porque estes costumam prejudicar uma coletividade inteira, enquanto as execuções ordenadas pelo dirigente ofendem apenas um particular.¹³⁵

Maquiavel prossegue,

Tendo-se apoderado da Romanha e encontrado-a sob o comando de senhores sem poder, que mais espoliavam os seus súditos do que os governavam e lhes davam motivos para mais desunião do que para união, tanto que a província estava repleta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência, julgou o duque necessário, para pacificá-la e reduzi-la à obediência ao braço régio, dar-lhe um bom governo. (*O príncipe*, XVII, p. 31)

Para instituir a nova ordem, o príncipe conquistador deve refundar o Estado, o que determina o uso de meios violentos para contrapor-se à situação de ausência das leis ou leis insuficientes, uma vez que os dirigentes não tinham qualquer poder e, sem domínio, não há uma apropriada paz. Como não há poder algum e o povo está desunido e violento, a fundação não pode ser obtida por um poder normal, mas, sim, excepcionalmente violento para, dessa forma, contrapor-se à violência existente.¹³⁶

Maquiavel descreve um ato de violência aplicado pelo Duque Valentin, interpreta como digno de comentários e de ser copiado por todos pelo resultado favorável obtido nessa ação. Foi o que fez César Bórgia, ao mandar executar Remirro de Orço.¹³⁷ Como não havia poder algum e o povo se encontrava desunido e violento, a fundação somente poderia ser obtida através da força para contrapor-se à violência existente. Bórgia solicitou os

¹³⁵ MAQUIAVEL. *O príncipe*, XVII, p. 79.

¹³⁶ Cf. ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel*: como fazer um príncipe novo parecer antigo, p. 97.

¹³⁷ Remiro de Orço, ou Ramiro ou Remigio de Lourqua. Tinha vindo da França como mordomo do duque, de quem, para sua própria infelicidade, se tornou lugar-tenente na Romanha. MAQUIAVEL. *O príncipe*, VII, p. 31.

serviços do tenente Remirro de Orco, considerado um homem cruel e a quem foram confiados plenos poderes. A dureza dessa ação comprometeu, porém, o dirigente no plano da moralidade. Bórgia é consciente desse ódio popular e da ameaça que esse ódio provoca na possibilidade de tornar-se inimigo do povo e, justamente por isso, não participa da pacificação.

De fato, em pouco tempo Orco, com sua extrema crueldade, restituiu e uniu o Estado. O Duque avaliou, no entanto, desnecessária tão excessiva autoridade, pois receava que ela se tornasse odiosa pelo seu povo. Propôs a armação de um tribunal civil na província, com um forte presidente, no qual todas as cidades teriam um advogado como representante. Nesse momento, César Bórgia tranquilizou o povo e os convenceu de que esse novo poder não seria arbitrário e a obediência e a paz conquistada pela força não seriam mantidas pela mesma, e sim pelas boas leis. Assim, aproveitando-se da ocasião, o Duque, em certa manhã, ordenou que punissem e exterminassem Remirro de Orco, para que fosse interpretado pelo povo de que não compartilhou de tamanha violência. Sacrificado e cordado em praça pública, e tendo a seu lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada, tornou-se mira de um povo satisfeito pela punição de suas crueldades praticadas.

Além de toda a aplicação de sua crueldade na hora certa, César Bórgia é considerado por Maquiavel um exemplo positivo a ser observado, pois “[...] digo que, sentindo-se o duque bastante poderoso e em parte garantido contra os perigos do momento, visto estar armado a seu modo e ter, em boa parte, aniquilado os exércitos vizinhos que poderiam atacar”,¹³⁸ no entanto conquistou seu povo por meio da força e os manteve através da admiração, respeito e *virtù*.

Poderemos, então, a partir desse exemplo, resgatar os conceitos de virtude e *virtù* no pensamento de Maquiavel. Desse modo, a *virtù* maquiaveliana não implica praticar essencialmente o bem, e sim em agir de acordo com as circunstâncias e fazer o que for preciso para alcançar a glória cívica e a grandeza, não importando se essas ações realizadas pelo príncipe serão boas ou más. De fato, a *virtù* em Maquiavel deixa de ter um sentido positivo e passa a conceitualizar-se como a qualidade da flexibilidade moral que um príncipe precisa ter. O dirigente não deve prender-se a uma moralidade que coloque suas ações em estado de inércia. Por isso não se pode imaginar que uma moral do bem (como a cristã), ou mesmo uma suposta moral do mal, possa se configurar como *virtù*.

¹³⁸ Cf. MAQUIAVEL. *O príncipe*, XVII, p. 31.

Nessa perspectiva, “[...] quando em confronto com má necessidade, Maquiavel avisa, não se preocupe com a justiça e aja porque palavras para justificar sua ação hão de vir”.¹³⁹ Portanto, a *virtù* maquiaveliana se refere muito mais à capacidade de mudar de atitude conforme as circunstâncias, ou seja, constitui-se como um agir com flexibilidade diante das mudanças de circunstâncias. Skinner (1996), ao se debruçar sobre esse assunto, comenta:

[...] *virtù* é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-e com a ‘fortuna’ e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade – independente do fato ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa – para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, *virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da fortuna e a variabilidade dos negócios assim os exijam. (SKINNER, 1996, p. 65)

Sendo assim, a *virtù* requer que o príncipe aja de acordo com a necessidade, não importando o caminho que percorram suas atitudes. É importante salientar que a *virtù* não se compõe de qualidades fixas, como as virtudes cardeais. Em Maquiavel não podemos fixá-las, pois as qualidades que compõem a *virtù* são compostas por atributos diferentes, sendo também possível o príncipe possuir *virtù* de muitas formas dependendo muito das circunstâncias. Ou seja, o agir com *virtù* em uma determinada circunstância não o será em outra, porque os tempos variam, sendo necessário adequar a ação aos tempos.

De fato, em Maquiavel nenhuma virtude pode ser considerada *virtù*, pois esta pressupõe que o príncipe seja capaz de agir com toda e qualquer virtude conforme as circunstâncias o exijam. Se suas inclinações e seus padrões morais estiverem enrijecidos, o príncipe não poderia ter a capacidade de desempenhar as exigências da ação eficaz. Essa oscilação exige que o príncipe possa em um momento agir com crueldade e, no momento seguinte, com piedade, por exemplo. Ele não pode ser piedoso ou bárbaro em sua natureza, mas o que importa são os resultados compatíveis com as necessidades de seu povo. Dessa maneira, César Bórgia é citado como uma referência de príncipe, pois, se, por um instrumento, o Duque age com força e crueldade (com a natureza animal), por outro, age

¹³⁹ MANSFIEL, D. *Machiavelli's virtue*, p. 3.

com a natureza humana, com as leis. Sendo assim, “[...] um príncipe deve saber usar ambas as naturezas e que uma sem a outra não é duradoura”.¹⁴⁰

Além da força e do ardil, Bórgia soube fazer aliados, fez-se amado e temido pelo povo, fez-se seguir e reverenciar pelos soldados. Aniquilou aqueles que poderiam prejudicá-lo, reformou as antigas leis inadequadas ao bom governo, foi severo e grato, magnânimo e liberal, dissolveu milícias infiéis e criou novas, manteve amizades com governantes estrangeiros de modo que fossem solícitos em beneficiá-lo e tementes em atacá-lo. Soube, portanto, ser prudente e ousado segundo as circunstâncias, as necessidades e as deliberações.

Das condições apresentadas sobre alguns modelos mencionados por Maquiavel em suas obras, e após a análise das referências de ações de *virtù*, como modelos a serem ou não seguidos, se faz necessário um estudo entre os dois eixos que perpassam a lógica da ação e a arte de governar. Conceitos estes, que trataremos juntos, a *virtù* como a flexibilidade e a *fortuna*, que em Maquiavel recebe uma nova interpretação.

¹⁴⁰ MAQUIAVEL. *O príncipe*, p. 41.

3. A ACEPÇÃO DE *FORTUNA*

O que pode a *fortuna* afinal? Assim como a *virtù*, o termo *fortuna* não tem acepção única, não há também qualquer tentativa de definição do conceito de *fortuna* pelo autor. Suas possíveis acepções são acaso, sorte, chance¹⁴¹, jogo de azar, sucesso, determinismo. No entanto, também podemos abordar como conjunto de circunstâncias que acontecem independente da vontade do homem, circunstâncias aleatórias à vontade, e nesse caso contrapõem-se a *virtù*. Nesse capítulo, portanto, abordaremos o resgate que Maquiavel faz da noção de *fortuna* e quais suas implicações, imprevisibilidades e intervenções nas influências na arte de governar.

3.1. A Mitologia da *fortuna*

O conceito de *fortuna*, de seu sentido, sempre obscuro e sem acepção única, recebe em Maquiavel uma interpretação nova, no fluxo com a centralidade que a ação política ocupa no seu pensamento. No entanto, a preocupação neste trabalho não será a de encontrarmos definições unívocas do termo *fortuna*, e sim de resgatarmos os momentos nos quais os vários significados da *fortuna* contribuíram para a direção política nas épocas em que foi utilizada.

Maquiavel não foi o único pensador do renascimento que pensou no problema da *fortuna*, esta questão também preocupou por igual a todos os pensadores da época. Pois, a *fortuna* representa um papel principal nas coisas humanas e por esta razão o pensador florentino incluiu em sua obra O Príncipe um novo capítulo, que se tornou curioso em seus escritos. O que significa a *fortuna*? Que relação se encontra com as forças humanas, com o intelecto e a vontade do homem? Questões como essas são apresentadas em seus registros. Cassirer (1992), afirma em um dos temas de sua obra que a *fortuna* é o elemento mítico na filosofia política de Maquiavel. Deste modo, Maquiavel retoma a compreensão de seu

¹⁴¹ POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*, p. 37.

significado e valor, e sua realidade dada de acordo com o agir perante as forças alheias à vontade humana.

No contexto intelectual do Renascimento, parece servir como uma introdução ao problema da implacabilidade do destino, do elemento do momento, face à condução dos negócios políticos pelos homens. Com efeito, a imagem da roda da fortuna, já enunciada desde a Antiguidade, sobretudo em Políbio, parece sugerir um infundável e inalterado retorno das condições alheias ao comportamento humano, que podem construir ou arruinar um projeto político. No capítulo vinte de cinco da obra *O príncipe*, Maquiavel dedica todo o bloco para refletir sobre a questão da *fortuna*: “De quanto pode a *fortuna* nas coisas humanas e de que modo se pode resistir-lhe”, e, portanto, o autor não ignora os que muito foram e são de opinião de que as coisas do mundo são governadas pela *fortuna* e por Deus, e que os homens prudentes não podem corrigi-las, e até mesmo afirma que não existe remédio algum contra elas. Assim, Maquiavel afirma que se deve incomodar demais com as coisas, mas deixar governar pela sorte, portanto, a *fortuna* passa ser responsável por apenas metade dos acontecimentos,

Esta opinião tem-se reforçado aos nossos dias devido às grandes variações que foram e são vistas todos os dias, além de qualquer conjetura humana. Pensando nisto, às vezes me sinto um tanto inclinado a esta opinião: entretanto, já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a *fortuna* seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase. (*O Príncipe*, XXV, p. 119)

Nesta passagem, Maquiavel apresenta a *fortuna* como responsável por apenas metade “ou quase” do que ocorre no mundo, sendo a outra parte responsabilidade do próprio homem, por meio de suas ações virtuosas. Compara a *fortuna* a um desses rios que prejudicam a todos quando se embravecem, alagam planícies, destroem as árvores e os edifícios, levam terra de uma parte e assentam-na noutra lugar: “todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma.”¹⁴²

Aristóteles refere-se à questão da *fortuna* tanto no quadro de suas discussões sobre a física, como em metafísica. A *fortuna* existe quando a causa se produz por si mesma, e só revela seu sentido enquanto analisada junto com o “azar”, do qual faz parte. A *fortuna* é um caso particular do azar, é o azar aplicado aos seres capazes de escolher, e não a todos os seres. Aristóteles revela um papel pequeno na definição da vida política, tornando-se

¹⁴² Cf. MAQUIAVEL, *O Príncipe*, XXV, p. 119.

apenas uma parte dos múltiplos fatores que influenciam na condução dos negócios públicos. Neste caso, o pensador grego havia chegado ao problema pelas vias da física e foi exatamente prudente ao fazer a ponte para os problemas humanos.¹⁴³

Para os romanos, a *fortuna* não era uma força maligna inexorável. Ao contrário, sua imagem representava uma deusa boa tratada com admiração e apreensão. Uma deusa na figura de mulher, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair, pois simbolizava o inesperado, o acaso, a inconstância, atribuía-lhe o comando do mundo, por ser de natureza caprichosa que distribuía o bem e o mal a seu bel-prazer. Era representada com o corno da abundância, com um lema (porque é ela quem “pilota” a vida dos homens), umas vezes sentada, outras em pé, quase sempre cega e se apresentava como o acaso divinizado e personificado por uma divindade feminina que figura no sincretismo religioso da época imperial, representando o poder, a meia-Providência, o meio-Acaso, a que está submetido o mundo.¹⁴⁴ E quando questionados de como fazer para que a deusa *fortuna* favorecesse a alguns homens e não a outros, a resposta imediata era: “imprescindível seduzi-la”, pois, possuidora dos bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder e a influência. “A questão era descobrir como ter acesso a esses bens, dada a forma casual com que derramava sua cornucópia.”¹⁴⁵ No entanto, todos concordam em admitir que, de todos os dons da *fortuna*, o maior é a honra e a glória que a acompanham, sustenta Skinner (1996). Como Cícero repetidas vezes enfatiza em Obrigação Moral, o mais alto bem a que o homem possa aspirar consiste na “conquista da glória”, no “aumento da honra e da glória pessoais”, na aquisição da “mais verdadeira das glórias” que se possa alcançar. Não há a menor dúvida de que a *fortuna* pode influenciar os destinos humanos. Percebe-se uma força capaz de ajudar os homens, mas também de destruí-los. A potência da *fortuna* é grande, como em um sentido ou em outro, tanto para favorecer, como para contrariar. Portanto, a imagem fria do azar é modificada pela idéia de uma força volúvel e caprichosa, que escolhe uma peça-chave no empenho de compreensão da vida social.¹⁴⁶

Essas alegorias sofreram interpretações diversas com o desenvolvimento do cristianismo. Neste sentido Sadek (2002), em um de seus artigos comenta as divergências entre essas duas acepções do termo *fortuna*, a antiga e a seiscentista. Nesta passagem afirma que:

¹⁴³ Cf. BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano, p. 142.

¹⁴⁴ Cf. GRIMAL, Pierre. Dicionário de mitologia grega e romana, p. 178 e 450.

¹⁴⁵ Cf. AMES, José Luiz. Maquiavel: A Lógica da Ação Política, p. 125.

¹⁴⁶ Cf. BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano, p. 142.

Para os antigos, a *fortuna* não era uma força inexorável. Ao contrário, sua imagem era a de uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair. Esta deusa possuía os bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder. Esta visão foi inteiramente derrotada com o triunfo do cristianismo. A boa deusa, disposta a ser seduzida, foi substituída por um ‘poder cego’, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui seus bens de forma indiscriminada.¹⁴⁷

Sendo assim, o significado da *fortuna* perde o seu símbolo de cornucópia, passando a ser representada pela roda do tempo, que gira indeterminadamente sem que se possa descobrir seu movimento. Os bens valorizados no período clássico nada são. O poder, a honra, a riqueza ou a glória não significam a felicidade, não se realizam no mundo terreno. O destino é uma força da providência divina e o homem sua vítima impotente.

É justamente essa mudança de paradigma que preocupa Maquiavel. O pensamento cristão substitui a figura da deusa pelo conceito de providência divina. Agostinho, por exemplo, ridicularizava a inconstância e inconsistência lógica do culto a *fortuna* da Roma pagã: uma deusa cega, de agir infundado, que não tem como ser invocada, nem como ser atingida (Cidade de Deus, IV, 18). Em outras palavras, o acaso ou sorte, pode, na acepção romana, favorecer ou não alguém por determinadas características inerentes a esse alguém e, por outro lado, na acepção cristã, o acaso é indeterminado, não possuindo tendências, portanto “como completamente indiferente e indiscriminada ao oferecer seus dons. Já não é vista como uma amiga potencial, mas simplesmente como uma força impiedosa; seu símbolo não é mais a cornucópia, mas antes a roda das mudanças que gira inexoravelmente “como o fluxo e o refluxo da maré” .¹⁴⁸

Esta nova visão do caráter da *fortuna* trouxe consigo um novo significado quanto à sua importância. Por sua própria indiferença e ausência de apreensão com o mérito humano ao dispor de suas gratificações, “ela nos lembra, segundo se diz, que os bens da *fortuna* são completamente indignos de serem buscados, e que o desejo de honra e de glória mundanas, nas palavras de Boécio , não é “absolutamente nada” .¹⁴⁹ Nesta análise, ela serve para afastar os passos dos caminhos da glória, encorajando um olhar mais além da prisão humana, para buscar a morada celeste. Isso significa que, apesar de sua caprichosa tirania, a *fortuna* é genuinamente uma causadora da providência afável de Deus. Pois, está incluso

¹⁴⁷ SADEK, Maria Terezinha. *Nicolau Maquiavel: O Cidadão sem Fortuna, o Intelectual de Virtù*.

¹⁴⁸ Cf. SKINNER, Maquiavel, p. 47.

¹⁴⁹ SKINNER, Maquiavel, p. 47.

nos desígnios de Deus mostrar que “a felicidade não pode consistir nas coisas fortuitas desta vida mortal”, fazendo assim, “desprezar todos os negócios humanos e, na alegria dos céus, regozijar por libertar das coisas terrenas”.¹⁵⁰ E nesse sentido completa que:

É por essa razão, conclui Boécio, que Deus colocou o controle dos bens mundanos nas mãos displicentes da *fortuna*. Seu objetivo é nos ensinar “que a independência não pode ser alcançada através da riqueza, nem o poder através da realza, nem o respeito através do ofício, nem a fama através da glória.”¹⁵¹

A reconciliação desempenhada por Boécio entre a Fortuna e a providência exerceu um duradouro controle sobre a literatura italiana. Com a recuperação dos valores clássicos do Renascimento, essa análise da *fortuna* como uma providência divina foi, por sua vez, posta em questão, graças ao retorno à idéia implícita nos antigos de que havia uma distinção que se atribui fazer entre *fortuna* e destino. Maquiavel revela-se um verdadeiro herdeiro dos historiadores e moralistas romanos, parte do pressuposto que todos os homens desejam acima de tudo conquistar os bens da *fortuna*. Ignora totalmente os princípios cristãos, no qual o bom governante é aquele que deve desviar-se das tentações, da glória e riqueza mundanas para estar seguro de alcançar suas gratificações celestes.

Essa possibilidade de intervenção humana, em relação a uma determinação insuperável é exposta por Maquiavel quando afirma a potência da *fortuna*:

A pura verdade, demonstrada por todas as histórias, é que os homens podem seguir (*secondore*) a *fortuna* e não se opor a ela; podem tecer os seus fios e não se opor a eles. Por isso, nunca devem desistir; porque, não sabendo qual é a finalidade dela, e visto que ela anda por vias oblíquas e desconhecidas, é sempre bom ter esperança, e, esperando, não desistir, seja qual for a *fortuna* e o sofrimento em que se encontrem. (MAQUIAVEL, Discursos, II, 29, p.291)

Neste caso, leva à imagem da Roda da *fortuna*, que representa a ação do homem contra a natureza e nos eventos humanos, embora inseridos na ordem do mundo e, portanto, da vida, são ou podem ser uma luta contra essa própria ordem no sentido de impedir o fenômeno natural e prolongar a ordem estabelecida pelo homem, tal como a medicina é a arte que permite prolongar a vida humana.

¹⁵⁰ SKINNER, Maquiavel, p. 47.

¹⁵¹ SKINNER, Maquiavel, p. 47.

Do mesmo modo, ao discorrer sobre a ação da *fortuna* sobre a natureza humana em seu poema *Di Fortuna*¹⁵², Maquiavel sustenta e enfatiza a potência e o domínio do mundo que se apresenta em torno dela, na supremacia, sempre fadados à ruína por força da vontade da *fortuna* que converte as coisas do mundo:

*Porque esta volúvel criatura
Em geral costuma se opor com maior força
Onde mais força vê ter a natureza*

*E ela, deusa cruel, volte um momento
Para mim seus olhos desumanos e decifre
O que agora cantarei dela e de seu reino.*

A visão de Maquiavel quanto ao poder da *fortuna*, neste caso, se mostra extremamente fatalista. Ela é “como uma torrente rápida, variável e poderosa”, que faz a terra sacudir, removendo de um para colocar em outro o poder e o domínio, arruinando como presas de seus inimigos. Neste sentido,

*Não existe no mundo coisa alguma eterna
Assim o quer a Fortuna, que se compraz
Da sorte a fim de que seu poder mais se reconheça*

Para Bignotto (1991), tal descrição poética estava perfeitamente de acordo com a tradição florentina, como podemos constatar comparando-a com o texto de Dante na *Divina Comédia*, no qual ele também traça um perfil da dama que age sem apelo sobre os destinos humanos. No entanto, ao descrever o palácio onde habita a deusa, Maquiavel, modificando a tradição, já não fala da roda da *fortuna*, mas de várias rodas:

*No interior tantas rodas se vê girar,
Como é diferente o subir nas coisas
Onde cada um que vive lança seu olhar.*

¹⁵² Poema dedicado a Giovan Battista Soderini (1484-1528), neto do grande gonfaloneiro Piero Soderini. Exiliado em 1512 com o retorno dos Médici é logo em seguida readmitido na cidade, foi declarado rebelde em 1522, participou da defesa de Florença em 1527, feito prisioneiro pelos espanhóis, morreu em Burgos. Tradução do poema utilizada para uso didático cedida pelo prof. José Luis Ames.

Maquiavel resgata nessa passagem a escolha da imagem das várias rodas, no entanto, sustenta Bignotto que esta escolha não foi feita sem segundas intenções. Pois, na tradição ocidental, o fato de apresentar a *fortuna* como o mestre de uma roda serviu sempre para mostrar a inexorabilidade de suas decisões. Neste sentido, se há surpresa no ponto mais elevado da roda por uma decisão desfavorável da deusa, nada se pode evitar com a desgraça. Com a imagem das várias rodas, o pensador florentino abre uma porta para se pensar a importância da ação humana e descobrir que não há deusa que não seja feita da mesma matéria que os humanos.¹⁵³

Maquiavel sustenta que a história ensina que o homem pode secundar e acompanhar a *fortuna*, mas não se opor a ela. Pode tecer as suas urdiduras, mas não rompê-las. Maquiavel, acreditando na força de determinação do destino nos acontecimentos históricos, parece intuir no vigésimo nono capítulo do livro segundo dos *Discursos*, uma das características centrais da própria história: sua imprevisibilidade. O que acontece aos homens em particular e no curso em geral aparece como destino. Os homens não sabem seu fim. Por isso, Maquiavel recomenda que não se desesperem mesmo nas condições mais adversas, porque a *fortuna* caminha por vias transversais e desconhecidas e pode mudar a sorte dos indivíduos e o sentido do curso dos acontecimentos. Neste sentido, “é sempre preciso ter esperança, e esperando não desistir, seja qual for a *fortuna* e o sofrimento em que se encontrem”.¹⁵⁴

Quando Maquiavel atribui à imprevisibilidade dos acontecimentos a trama da *fortuna*, muitas vezes parece que ele lhe confere a condição de uma força externa às ações humanas. Vista a relação entre *fortuna*, ações e resultados de um ponto de vista do que acontece aos indivíduos e grupos, de fato, em parte a *fortuna* se apresenta como força externa. Mas, na verdade, de um ponto de vista da análise das ações humanas em geral, a imprevisibilidade radica da própria natureza interativa destas ações. De qualquer forma, os acontecimentos são sempre acontecimentos humanos, mas os homens nunca sabem inteiramente como processam os acontecimentos e nunca sabem inteiramente quais acontecimentos advirão.

Por isso, Maquiavel transforma a questão da *fortuna* com as relações humanas, pois, se o mundo esta em eterna mutação, esse fato só é significativo porque os homens,

¹⁵³ Cf. BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano, p. 146.

¹⁵⁴ Cf. MAQUIAVEL, Discursos, II, 29, p.291.

incapazes de abandonar suas regras de conduta, são tragados pela força dos acontecimentos. A esse respeito Bignotto (1991), afirma que o inimigo do homem não é, portanto, uma força misteriosa, mas sua própria natureza, que não se adapta facilmente à maleabilidade do mundo e ao fluxo infinito do tempo.¹⁵⁵ Nesse sentido, Maquiavel conclui em seus escritos que “o homem ponderado, quando é tempo de agir com ímpeto, não sabe fazê-lo, por isso se arruína; pois, ainda que a natureza mudasse segundo os tempos e as coisas, não se mudaria a *fortuna*”.¹⁵⁶

Utilizando a figura de mulher e em comparação a uma esposa infiel e transformando-a em uma amante devassa, que costuma mudar de parceiros a cada variação das circunstâncias. Estabelecendo uma conduta vinculada ao caráter indeterminado das ações humanas, no qual decorre das relações interativas, que produzem linhas de forças e escapam ao controle dos indivíduos. Porém, ao falar da *fortuna* e instituindo aos jovens como atores mais competentes de enfrentá-la, Maquiavel distancia-se de maneira definitiva dos humanistas e designa a capacidade de estar presente no mundo, de saber apreender a ocasião, de saber se modificar, de saber agir contra a tradição. Nesse sentido, Bignotto (1991), afirma que a ocasião não pode ser definida, porque se cria a si própria em seus combates com a *fortuna*, e, assim, deve incorporar a mutabilidade que a desafia.

Dessa reflexão, podemos concluir com Ames (2002), que nos ensinamentos de Maquiavel a *fortuna* pode ajustar-se com a própria natureza humana, com aquilo que há de necessário naquela zona obscura do caráter de qualquer homem, mesmo do mais prudente e virtuoso; com aquilo que há nele de rígido, unilateral e imutável. Sendo assim, para ser compreendida na sua formação e na sua lógica, a *fortuna* deve ser reconduzida à raiz profunda da natureza humana, as descrições unilaterais e imutáveis em relação à este ponto de vista, a transcendência da *fortuna* torna-se uma transcendência interiorizada, isto é, de uma parte do espírito humano em relação a ele próprio.

¹⁵⁵ Cf. BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano, p. 148.

¹⁵⁶ MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV, p. 121.

3.2 O confronto entre *virtù* e *fortuna*.

Com a finalidade de estabelecer e conservar uma ordem política, o príncipe precisa utilizar uma ampla variedade de estratégias e de métodos para garantir o sucesso da ação, para Maquiavel a *virtù* é utilizada para designar um conjunto de qualidades que permite ao príncipe agir conforme suas próprias finalidades, sem ter que depender de qualquer elemento externo. Esses atributos devem ser adotados para impedir que as manifestações da *fortuna*, sempre imprevisível, arruinem seus projetos.

No entanto, a *fortuna* é expressão do indeterminado, daquilo que decompõe as instituições e a vida humana. “É a irrupção do irracional, pois não há conhecimento seguro do acaso e do inesperado e sua expressão radical é a morte” .¹⁵⁷ Assim, quando menos se espera a atribulação pode tomar conta do mundo e os disparatos que a *fortuna* é capaz de gerar podem impedir os homens de diferenciar fins ou perseguir algum plano distinto. Essa indeterminação radical torna os homens incapazes de perceberem quaisquer fins ou perseguirem algum plano distinto. Entretanto, a *fortuna* não é puramente negativa, pois, é no bloqueio de suas ameaças que se desenvolve a *virtù*. A manifestação da *fortuna* desperta possibilidades para a ação humana e é vislumbrando as ocasiões (*caziones*), assunto este que abordaremos logo abaixo, e aproveitando-se delas que se pode vencer a adversidade. Assim, a *fortuna* pode arrasar tudo com sua fúria, e do mesmo modo, dar chances para o homem mostrar sua grandeza.¹⁵⁸ Nos Discursos capítulo dois, vigésimo nono, em que o tema é “A fortuna torna cego o ânimo dos homens, quando não quer que eles se oponham a seus desígnos” Maquiavel afirma que,

Os homens que comumente vivem grandes adversidades ou grande prosperidade merecem menos louvor ou menos censura. Porque no mais das vezes se verá que eles foram levados à ruína ou à grandeza por alguma grande oportunidade que lhes hajam feito os céus, dando-lhes a ocasião de poder agir virtuosamente, ou privando-os dela. E a *fortuna*, quando quer realizar grandes feitos, escolhe um homem que tenha tanto espírito e tanta *virtù* que perceba as ocasiões que ela lhe oferece. Assim, também, quando quer provocar grande ruínas, incumbe homens que as facilitem. E se houver alguém que possa obstar-lhe, ela o mata ou o priva de todas as faculdades de realizar algum bem. (Discursos, II, 29, p.291)

¹⁵⁷ Cf. Hebeche, Luiz. *A Guerra de Maquiavel*, 1988, p. 61.

¹⁵⁸ Cf. Hebeche, Luiz. *A Guerra de Maquiavel*, 1988, p. 63.

Assim, para o pensador os homens que se deparam com os obstáculos da *fortuna* não devem desanimar e diante dessas grandes dificuldades, Maquiavel afirma que os homens não devem perder as esperanças, e seguir a fortuna, e não se opor a ela; podem tecer os seus fios, e não rompê-los, pois, não sabendo qual é a finalidade da *fortuna*, e visto que anda por caminhos arduos e desconhecidos, é sempre preciso ter esperança, e, esperando não desistir, seja qual for a *fortuna* e o sofrimento que se encontrem.¹⁵⁹

Eis aqui um elemento importante: a ocasião, que pode ser compreendida enquanto situação de fato. Os homens devem vislumbrar as oportunidades, a fim de realizar tudo aquilo que a ocasião lhes possibilita. Deixar de agir no momento oportuno pode ser o desperdício de um momento glorioso, pois as ocasiões, assim como o tempo, mudam com frequência. O homem de ação virtuosa não espera por uma ocasião oportuna, ele sabe que o agir necessário deve ser efetivado no momento atual, no aqui e agora.

Assim, a ocasião se apresenta por um efeito da natureza ou por intervenção dos homens, homens estes que só através de grande *virtù* podem intervir e construir possibilidades nos espaços de suas ações. Para Maquiavel somente um dirigente com qualidades consegue conhecer o momento de agir e ao mesmo tempo, a capacidade de, no momento oportuno, “aproveitando a ocasião”, aplicar à realidade esse juízo assim encontrado. Nessa perspectiva, portanto, o agente político que se encontra nessa situação, orienta-se nela abstraindo de pressupostos normativos em vista do objetivo de encontrar a opção mais adequada.¹⁶⁰

No capítulo seis de O Príncipe, Maquiavel sustenta que cabe unicamente à fortuna oferecer a oportunidade (*occasione*) sem a qual a *virtù* é incapaz de iniciar sua obra no mundo. Ocasião é a possibilidade de usar a *virtù*, ou seja, é preciso construir o poder para se utilizar do momento adequado e tal poder não prescinde do domínio da habilidade na maneira de realizar uma ação que não faz parte do curso natural do acontecer e que não se deve deixar ao capricho do acaso. Assim, a virtude maquiaveliana no seu senso forte, ligada à perspicácia na decisão da ação, se revela através do seu reencontro com a *fortuna* e a capacidade de saber a ocasião.

Os homens, vislumbrando as ocasiões e aproveitando-se delas, podem vencer àquelas adversidades casuais. Devem aproveitar a ocasião que a *fortuna* lhes proporcionar, avaliando situações e formulando decisões que possam ser traduzidas para a realidade.

¹⁵⁹ Cf. MAQUIAVEL, Discursos, II, 29, p.291.

¹⁶⁰ Cf. AMES, José Luiz. Maquiavel: A Lógica da Ação Política, p.

Caso não se mostrem fortes e corajosos perante a *fortuna* serão dominados e coagidos por ela, pois, neste contexto, a desventura é consequência da falta de *virtù*. Mesmo diante da finitude de cada situação, mesmo não podendo prevê-las, e, limitados no que se refere a uma análise racional completa, o homem não pode se deixar esmorecer. Estes fatores, mesmo que importantes, não podem justificar o não agir do homem, pois sua liberdade está em desenvolver certas ações partindo de uma força de resolução que dê conta da urgência.

Por esta razão, que o príncipe de *virtù* para Maquiavel, é aquele que age de acordo com as circunstâncias, com a finalidade de dominar a volubilidade da *fortuna* e evitar a promoção de destruições. Portanto, a relação entre *virtù* e *fortuna* constitui um dos principais pontos para a compreensão e reflexão maquiaveliana sobre a atividade na arte de governar e na instauração de um bom governo. Pois, é neste meio de turbulências e bloqueios que a *virtù* se desenvolve, logo, a manifestação da *fortuna* implica em possibilidades para o agir humano. A *fortuna* é uma potência cega que distribui os seus favores de forma aleatória e sem levar em conta o mérito de cada homem.¹⁶¹ A pressão dessa aparente fatalidade é aprovação da *virtù*, pois quanto maior for ela mais facilmente os homens serão oprimidos. Assim, a ausência da *virtù* significa o infortúnio. Quanto mais os homens mostrarem-se fracos e covardes, mais a *fortuna* manifesta sua força e seu poder. Nesse sentido, os homens devem voltar para as repercussões práticas de suas ações, e se destacarem sempre na medida em que se contrapor aos percausos da *fortuna* ou na oportunidade de se utilizar conforme a ocasião.

Uma indicação de como os homens podem proceder para interromper a ação volúvel da fortuna é fornecida por Maquiavel na comparação que efetua entre ela e a natureza:

Comparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força se torne menos livre e danosa. O mesmo acontece com a *fortuna*, que demonstra a sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreira para contê-la. (O Príncipe, XXV, p.119)

¹⁶¹ Cf. Boécio, A consolação da filosofia, p.26.

Trazendo essa metáfora para o campo político, Maquiavel indica claramente que a fortuna pode exercer um grande poder sobre os negócios humanos, mas isso não torna impossível ao príncipe aliviar os seus perigos. Isso pode ser conseguido a partir do momento em que os problemas são antecipados e são preparados meios para resistir e combater as consequências e desastres da *fortuna*. Ao executar medidas preventivas, o príncipe pode de defender da força destrutiva da *fortuna*, conservando sua capacidade de ação.

Se a *fortuna*, muitas vezes, destrói aqueles homens de grande audácia e astúcia, e a preocupação de Maquiavel é focalizar a melhoria da *fortuna*, e ajustar os problemas com a ausência da *virtù*. Assim como existem bons também existem maus príncipes que, mesmo que tivessem boas oportunidades, necessitam de vontade, inteligência, coragem ou experiência para levar a condução de seus objetivos. Caso os homens não possuam tais propriedades não lhe servirá de muito as boas oportunidades. Como os acontecimentos mudam constantemente, é preciso estar atento às novas situações de sua época, caso contrário, as dificuldades humanas serão cada vez mais crescentes e vencer os novos problemas que surgem cada vez mais difícil.

Nos Discursos, livro três capítulo nove na abordagem sobre “De como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa *fortuna*”, Maquiavel argumenta que "o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse; e, necessariamente, quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína".¹⁶² Para Maquiavel, é necessário agir conforme os tempos, rompendo com certos hábitos: "já considerei várias vezes que a razão da má e da boa *fortuna* dos homens vem do ajuste de seu modo de proceder com os tempos [...] erra menos e tem *fortuna* próspera quem ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza".¹⁶³ Portanto, a *virtù* é a capacidade (competência) do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtù* alguma. Para ser senhor do sucesso ou das circunstâncias deve mudar com elas e como ela, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá-la e vencê-la. Em certas circunstâncias, deverá ser cruel em

¹⁶² MAQUIAVEL, Discursos, III, 9, p.351.

¹⁶³ MAQUIAVEL, Discursos, III, 9, p.351.

outra, generoso; em certas ocasiões, deverá mentir, em outra, ser honrado, em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em ser inflexível.

Foi o que aconteceu no caso de Piero Soderini e Savonarola, escreve Maquiavel nos Discursos livro três, trigésimo no bloco sobre “O cidadão que, em sua república, quiser usar sua autoridade para alguma boa obra, precisará, antes, eliminar a inveja; e como, em vista do inimigo, é preciso ordenar a defesa de uma cidade”. Para o florentino é considerável este acontecimento no caso de Soderini e Savonarola, por ser um exemplo significativo daqueles que perderam seu poder por não se adaptar as novas situações deixando, por conta disso, de mudar sua conduta,

Sabendo-se ainda jovem alvo de tantos favores que lhe eram granjeados pelo seu modo de proceder, acreditava poder impor-se sem escândalos, violência e tumulto àqueles tantos que se lhe opunham por inveja: e não sabia que o tempo não se deixa esperar, que a bondade não basta, que a *fortuna* varia, e que a maldade não se aplaca com presentes. Tanto um como o outro arruinaram-se e sua ruína decorreu de não terem sabido ou podido vencer a inveja. (Discursos, III, 30, p. 412)

Quanto à *fortuna*, escreve Maquiavel, é sempre favorável a quem deseja agarrá-la. Oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la. Assim, em lugar da tradicional oposição entre a constância do caráter virtuoso e a inconstância da *fortuna*, Maquiavel introduz a virtude política como astúcia e capacidade para adaptar-se às circunstâncias e aos tempos, como ousadia para ‘agarrar a boa ocasião’ e força para não ser arrastado pelas más.

A convicção de Maquiavel de que o homem possui poderes para alterar o curso dos acontecimentos guia o seu pensamento político. Embora o homem possa usar bons resultados a sua *virtù* no moldar dos acontecimentos, vê-se ainda forçado a agir com a *fortuna* e, se não for cauteloso (metáfora do rio), realista e precavido, esta lhe arrebatará o poder. A *fortuna* “exerce seu poder quando não se lhe opõe barreira alguma; ela faz seu esforço incidir nos pontos mal definidos”.¹⁶⁴ Se parece haver um curso inflexível das coisas, é somente no passado; se a *fortuna* parece ora favorável, é porque o homem ora compreende e ora não compreende o seu tempo, e as mesmas qualidades trazem-lhe conforme o caso o sucesso e a perda, mas não por acaso.¹⁶⁵

¹⁶⁴ MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV, p. 119.

¹⁶⁵ SARNO, Ivani Cunha di. Maquiavel defensor da liberdade, p. 173.

Assim, o homem de *virtù* supera dores físicas e morais e busca despertar dentro de si a energia e o ânimo. Se por um lado a *fortuna* é adversária dos homens, por outro lado o embate entre estas duas potências objetiva a liberdade humana. Isto se esclarece nas palavras do próprio Maquiavel quando infere a seguinte conclusão: "não obstante, e porque o nosso livre arbítrio não desapareça, penso ser verdade que a *fortuna* seja árbitra da metade de nossas ações, mas que ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade".¹⁶⁶ Ou seja, a coação dos homens pela *virtù* pode dar à *fortuna* as mais variadas formas, utilizando-se de toda sua perspicácia o homem deve moldá-la segundo sua necessidade. Pois, segundo Maquiavel a *fortuna* manifesta seu poder, justamente, onde não há resistência organizada, revela sua violência onde os homens nada fizeram para contê-la. É necessário que o homem de *virtù* tenha consciência plena do seu poder de agir. Para tal feito é importante que ele utilize sua liberdade no exercício da ação exterior, a fim de alcançar aquilo que se almeja.

Com este exemplo Maquiavel quer elucidar o quanto à *fortuna* pode devastar caso os homens não se previnam a fim de resisti-la. Por isso a *virtù* é considerada por muitos a melhor ilustração do poder e da autonomia humana, definidos por uma ação constante contra a resistência e a indeterminação do mundo.

No campo político, os homens de *virtú* têm sempre por objetivo controlar a *fortuna*, a fim de preservar a ordem política instituída. Isto é de fundamental importância, pois a conservação de qualquer objetivo está implicado na conservação do Estado. Porém, além disto, o homem de *virtù* “aspira a objetivos maiores”, a saber: a obtenção dos bens da *fortuna*, quais sejam: poderes, honras, riquezas e glórias. No intuito de alcançar estas ambições ele deve ter em mente que a chave do sucesso está na flexibilidade. Somente aqueles homens capazes de adaptar suas estratégias aquilo que o momento atual exige, e, que agem de acordo com as modificações do curso do tempo, vão alcançar o êxito.

Este papel que a *fortuna* adquire na política de Maquiavel, segundo Ames (2002), proporciona como lição, que “o político flexível, entendido como alguém que se adapta rapidamente às novas situações, sente a aproximação de modificações macro-estruturais e imediatamente determina de modo novo seus procedimentos, está sempre em vantagem em relação ao político conformado e preso a estratégias de êxito comprovado”¹⁶⁷. Sendo assim, o que Maquiavel sugere no campo político não é a modificação da realidade a seu

¹⁶⁶ MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV, p. 119.

¹⁶⁷ Cf. AMES, José Luiz. Maquiavel: A Lógica da Ação Política, p. 137.

favor, mas uma forma de adaptar seu modo de agir às regras do jogo, tirar deste todo proveito que puder.

O homem de *virtù* possui qualidades tais que, perante aos outros homens, destaca-se com veemência. Portanto, somente a vontade de impor-se perante a *fortuna* não basta aos homens. Para Maquiavel eles devem conciliá-la a uma série de outras qualidades. É preciso: inteligência, a fim de calcular toda e qualquer ação, perceber a realidade que se altera constantemente, examinar as circunstâncias que possibilitam ou não o seu agir, e ainda, ser audaz quando da necessidade de recorrer a meios extraordinários, ou seja, sempre que necessário ao êxito de uma ação os homens devem fugir ao trivial.

É neste sentido que a *virtù* deve ser entendida como aquela qualidade que designa a capacidade de estar presente no mundo, de saber apreender a ocasião, de saber se modificar e agir contra toda tradição. Tendo em vista o campo da ação para Maquiavel, a *fortuna* só interessa ao teórico enquanto corresponde a um obstáculo às ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar um trabalho é encontrar um ponto de repouso. Isso significa dizer que os traçados dos contornos da compreensão da pesquisa não se esgotaram, porque muitas vezes buscam-se respostas insuficientes para a grandeza do assunto e do autor.

Seja como for, o estudo sobre “A *virtù* e o bom governo em O príncipe de Maquiavel” certamente, foi um esforço, uma vez que nele interveio fortemente a emoção, o sentimento, a paixão. A única preocupação é se cometi erros às injustiças de juízos que se tenha formulado e à dificuldade de ser compreendida. Apesar de toda a pesquisa refletir uma escolha e ter por objetivo acrescentar algo que, ao final, não há dúvida de que não há certeza, senão a de estar interpretando algo que se oculta, pelo próprio modo de ser, da interpretação.

Certamente, a leitura e a análise de sua obra, despertaram-me o desejo de escrever sobre o tema, mas escrever sobre Maquiavel e a *virtù* foi uma aventura arriscada, pois soma-se à pesquisa aos vários intérpretes divergentes que debatem exclusivamente sobre a *virtù* e sobre o autor. Seu pensamento confere intensa contemporaneidade, estudá-lo, hoje, é compreender sua concepção política como explicação e como instrumento para transformar a política atual, porque sua obra não se reduz a um conjunto de técnicas, mas nasce de uma longa meditação acerca da arte de governar.

Portanto, a presente dissertação investigou o conceito de *virtù* no pensamento político de Maquiavel, juntamente com o conceito de *fortuna*, no intento de mostrar que o agir humano é movido por várias forças, seja internas e externas, sejam conscientes e irracionais. Observamos uma grande preocupação de Maquiavel tanto em O Príncipe quanto nos Discursos, em relação do agir de um príncipe perante as dificuldades, analisamos vários modos de agir, atitudes e posicionamentos tomados perante determinadas situações, e todos os exemplos discutidos sob a interpretação do autor e seus comentadores e na orientação e apreciação da observação em relação aos fatos e acontecimentos.

Pensar a questão da *virtù* a partir do pensamento de Maquiavel parece nos remeter às formas possíveis de ação que o governante pode praticar para efetivar seu objetivo de conquista e manutenção do poder. Pois, a cada instante as circunstâncias podem exigir que o governante esteja disposto a modificar seu modo de agir para corresponder às novas exigências impostas por elas.

Sendo assim, a *virtù* para Maquiavel é a principal ferramenta para a inteligibilidade das ações capazes de conduzir um dirigente aos seus objetivos primeiros de aquisição e manutenção do bom governo. E para melhor compreensão, o autor estabelece um rompimento com a tradição em relação ao conceito de *virtù*, afastamento este que exige de Maquiavel a necessidade de apresentar a “verdade efetiva das coisas”, questões que se tornam um enfrentamento com a tradição e construção de novos valores ao conceito. Ao utilizar o termo *virtù*, o pensador florentino se confronta com o conceito de virtude, que são conjunto de qualidades cristãs, atributos estes, que enfraquecem os homens tornando-os covardes, medrosos e passíveis aos acontecimentos. Por isso, Maquiavel sugere, em substituição à virtude, qualidades menos aspiradas, fixas e que não estabelece poderes para um dirigente. Voltar-se de acordo com a direção dos ventos, agirem com *virtù*, era a proposta de Maquiavel, ou seja, atuar ações de grandes medidas como a força e a coragem.

Logo, a tradição cristã não serve para elevar os valores dignos de um homem de ação. Eleva antes a humildade, a fraqueza, a covardia, e justamente nesse sentido que se torna alvo das críticas do pensador florentino. Pois, para Maquiavel esses valores prejudicam o agir político. Portanto, se faz necessário substituí-los por outros que tragam força, glória e astúcia ao dirigente para assim conseguir a manutenção e conservação do poder. A substituição é feita para a *virtù* que é a única capaz de interpretar a verdade efetiva e concretizar os objetivos daquele que governa, ou seja, na conquista e manutenção do poder.

Para fortalecer seu argumento referente ao conceito de *virtù*, Maquiavel utiliza alguns exemplos de personagens históricos e na análise de suas ações identifica quais ações são merecidas e se enquadram no critério de dirigentes providos de *virtù*.

Os personagens, Moisés, Savonarola e César Bórgia refletem como ações e experiências que foram consideradas referências de erros ou acertos de homens que estiveram na liderança política e alcançaram de certa forma, alguns exemplos de ações de *virtù*. Sendo assim, Maquiavel, apresenta Moisés considerado um exemplo de líder digno de imitação, alcançou, através da habilidade de conduzir, favorecimentos aos seus comandados, e soube utilizar a religião juntamente com a política para ordenar seu povo, mas que também teve agilidade de se utilizar da força e armas no momento apropriado. Savonarola, outro modelo político que ganhou poder por seus discursos religiosos, no entanto, não soube se utilizar dos ventos para mudar suas habilidades e fazer uso de armas e forças para manter firme sua ordem e a conservação de seu poder.

Outra lição registrada pelo pensador florentino é o caso de César Bórgia, em relação ao qual Maquiavel relata a trajetória e a habilidade de lidar com as conquistas territoriais através de sua *virtù*, por isso realizou conquistas institucionais e implantou novas ordens em lugares em que não havia mais meios outros senão os das armas e da força para conseguir o intento. Podemos afirmar que, no relato de Maquiavel da trajetória de César Bórgia, existe uma síntese de todas as questões referentes à fundação, conquista e manutenção. Entretanto, podemos ver este relato como uma construção. César Bórgia reúne de maneira completa todos os componentes que caracterizam o príncipe de *virtù* de Maquiavel, o que o torna um exemplo de seus preceitos. E, entre a redução de O Príncipe a César Bórgia e a ampliação de César Bórgia ao O Príncipe, parece mais acertada a segunda alternativa. Ou seja, a imagem de César Bórgia é ampliada de modo a conter em si O Príncipe. Maquiavel se cala sobre os fatos que fariam César Bórgia equiparar-se aos que conquistaram o poder pelo crime e atribui a ele intenções de pacificação. Coloca-se, enfim, como que lendo em seus atos suas intenções, escondidas para os que apenas podem ver na aparência.

Portanto, sabemos que as práticas daquele que governa estão circunscritas pela aparência, que, por sua vez, se inscreve no âmbito da política. Uma análise deste âmbito nos permitiu não apenas compreender melhor as dificuldades que lhe são próprias, como também delimitar o lugar do governante no corpo político. Entre outros problemas que a questão trouxe à tona, procuramos investigar a distinção entre o que o governante precisa fazer para conquistar e manter o poder e o quanto ele precisa romper com a tradição para efetivá-lo, ou seja, o quanto ele precisa deixar de corresponder às expectativas que se tem daquele que assume o poder em relação aos valores próprios da tradição na qual ele se insere. Em outras palavras, sabemos que os valores da tradição no contexto do Renascimento implicavam em grande medida as virtudes cristãs e vimos que o governante por vezes precisa agir de modo a contrariá-las. A *virtù*, de fato, não implica aquilo que constitui a virtude, mas, da mesma forma, também não implica necessariamente aquilo que constitui o vício. Deste modo, simular e dissimular constituem parte da estratégia de ação de um governante de *virtù*, que delas se vale sempre que as circunstâncias as tornem necessárias.

Vimos que as modificações das circunstâncias são tratadas por Maquiavel como obra da *fortuna*. Esta última seria a responsável pela introdução daquilo que é imprevisível no mundo dos homens e, conseqüentemente, cabe ao governante precaver-se em relação às

mudanças dos tempos sem, concomitantemente, criar qualquer pretensão de prever o futuro. Maquiavel sugere em relação à *fortuna*, o governante deve procurar perceber as mudanças introduzidas e, a partir de então, adaptar-se a elas, agindo de forma a atender as novas necessidades que lhe foram postas. Assim, o governante de *virtù* deve se adaptar as circunstâncias e a flexibilidade moral que leva o dirigente a não operar com regras fixas e definidas de antemão, e procurar agir de modo a atender as exigências novas que tais modificações lhe impõem.

Ao tratar da *fortuna*, no entanto, não podemos mais evitar a questão da *virtù*. Especialmente pela sugestão de Maquiavel segundo a qual ou o governante tem *virtù*, ou fica à mercê das variações próprias da *fortuna*. *Virtù* e *fortuna* constituem o par conceitual clássico dos textos de Maquiavel, haja vista que a primeira compreende as características fundamentais que o governante precisa ter para manter o poder sem depender exclusivamente da segunda. Assim, se é verdade que a *fortuna* pode opor ao governante obstáculos por vezes intransponíveis, parece também que estes não se fazem intransponíveis enquanto a *virtù* do governante pode superá-los. Esta última configura-se como o principal instrumento de resistência às imposições da *fortuna* e, de modo geral, será possível conquistar e manter o poder enquanto a *fortuna* impuser ao governante dificuldades que ele pode, valendo-se de sua *virtù*, temporizar ou superar.

Portanto, identificamos a *virtù* como o elemento-chave para determinar as melhores ações, ou seja, as ações mais capazes de conduzir aquele que governa aos seus principais objetivos que, para Maquiavel, se constituem pela conquista e manutenção do poder e no sucesso das aplicações políticas.

Esperamos que esta análise tenha contribuído para a compreensão das possibilidades de ação para que o governante possa manter o poder, assim como para a compreensão do espaço da política que é próprio da *virtù* do príncipe. Ao analisarmos as práticas do dirigente de *virtù*, esperamos não apenas ter encontrado elementos conceituais capazes de nos proporcionar uma melhor compreensão deste assunto na obra de Maquiavel, mas também, ao visitarmos um assunto e um autor tão significativos para o republicanismo moderno, termos destacado elementos capazes de nos ajudar a compreender fundamentos de problemas do nosso tempo.

Assim, nos faz necessário, remover o equívoco de pensar que Maquiavel foi um homem perverso e maquiavélico (imagem conservada para além do tempo e da obra dele) que trama nos bastidores da administração pública é estudá-lo cientificamente, buscando-

se a eficácia constitutiva de sua imagem verdadeira de um republicano, contra a imagem maquiavélica, que tem sido pejorativamente acusado de ser e contra a exploração que tiranos e ditadores fizeram dele. Malgrado a persistente antipatia que muitos têm, pensa-se que o destino trágico do autor consiste em haver sido mal compreendido e ter seu nome ligado, por meio dos séculos, a toda a espécie de abjeção política. Dele podem extrair-se ciência política e conceitos, utilizáveis para as aplicações quer seja filosóficas ou científicas.

Maquiavel não foi simplesmente um técnico da política do poder. Foi um pensador político que formulou uma ética para a esfera da política, buscando estabelecer uma ética política auto-suficiente, que pode ser considerada uma “moralidade efetiva”. Portanto, a política tem uma ética e uma lógica próprias. O pensador florentino descortina um “horizonte” para se pensar e fazer política que não se enquadra no tradicional moralismo “piedoso” e elegeu a autonomia política para opor à submissão do bem comum a interesses particulares.

E por fim, concluímos este trabalho, mencionando o Capítulo vigésimo sexto, no qual Maquiavel demonstra o seu único desejo político e a paixão que o levou a escrever sua imemorable obra O Príncipe, que deixou e deixa seus leitores inquietos, a “exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros”, um clamor de unificação por seu e tão sonhado território maternal:

*Virtù contro a furore
Prenderà l'arme, e fia el combatter corto;
Che l'antico valore
Nell'italici cor non è ancor morto.*¹⁶⁸

¹⁶⁸ A citação da canção All'Italia (À Itália), de Petrarca, encerra este capítulo tão movimentado e tão diversificado em seus sucessivos níveis estilísticos. Em tradução livre: “A virtude, contra o furor, / Tomará armas e que seja breve o combate, / Pois o antigo valor / Não está morto no coração dos Italianos.”

BIBLIOGRAFIA

PRIMÁRIA

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O príncipe*. Tradução de José Antônio Martins. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *História de Florença*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1994.

SECUNDÁRIA

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

_____. Religião e política no pensamento de Maquiavel. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, n. 113, p. 51-72, jun. 2006.

AGOSTINHO. *A cidade de deus*. Tradução, introdução e notas de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

AGOSTINHO. *As confissões*. Tradução de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARANOVICH, Patrícia. *Poder e legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1998.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Coleção Debates: Política. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BENEVENUTO, Flávia Roberta de Souza. *"Virtù" e valores no pensamento de Maquiavel*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

BÍBLIA SAGRADA, tradução dos originais, 110. edição. São Paulo. Editora Ave-Maria 1997.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, Adalto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.113-125.

_____. Introdução. In. MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASSIRER, Ernst. *El mito del estado*. Traducción de Eduardo Nicol. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CHISHOLM, Robert. *A ética feroz de Maquiavel*. Coleção Cássicos do Pensamento Político. São Paulo: EDUSP, 2004.

COFONE, Ignacio N. Maquiavelismo: concepto y significado. Una lectura desde la virtù. *Revista Díkaiōn*, Vol. 23, Núm. 18, diciembre, 2009, p. 315-328. Universidad de La Sabana. Núm. 18 – 315-328, Chía, 2009.

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GALIMIDI, José Luis. Moisés, o la política en el desierto. *Deus Mortalis*, nº 2, p. 297-333. Buenos Aires. 2003.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Tradução de Victor Jabouille. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bestrand Brasil, 1997.

HEBECHE, Luiz Alberto. *A guerra de Maquiavel*. Ijuí, RS: Unijuí, 1988.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

LARIVAILLE, Paul. *La pensée politique de Machiavel: les Discours sur la première década de Tite-Live*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1982.

LEFORT, Claude. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. Tradução de Luis Fortes e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. A lógica da força. In: QUIRINO, Célia G.; SOUZA, M. Tereza Sadek R. de (Org.). *O pensamento político clássico*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

LEONARDI, Marcos Evandro. *Entre o elogio e a censura: o lugar da religião no pensamento de Nicolau Maquiavel*. 2007. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE. Toledo – PR.

- LOJENDIO, Luis Maria. *Savonarola*. Tradução José Ervedosa. Lisboa: Editora Aster, 1958.
- MANENT, Pierre. *Naissances de la politique moderne, Machiavel-Hobbes-Rousseau*. Paris: Payot, 1977.
- MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.
- MARTINS, José Antonio. *Os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP.
- MARX, Steven. Moses and machiavellism. *Journal of the American Academy of Religion*. Vol. 65, p. 551-571. Autumn. Published by: Oxford University Press, 1997.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. Traducción de Eloy Garcia y Marta Vázquez-Pimentel. Editorial Tecnos (Grupo Anaya), 2008.
- PRICE, Russel. The senses of virtú Machiavelli. In: *European Studies Review*, p. 315, 1973.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Musa.Editora, 2003.
- RODRIGO, Lúdia Maria. *Maquiavel: educação e cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1996.
- SADEK, Maria Terezinha. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política* (v. 1). São Paulo: Ática, 2002.
- SARNO, Ivani Cunha di. *Maquiavel defensor da liberdade*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc. São Paulo, 2006.
- SASSO, Genaro. *Niccólò Machiavelli: I – Il pensiero político*. Bolonha. Il Mulino, 1993.
- SAVONAROLA, Girolano. *Tratado sobre o regime e o governo na cidade de Florença*. Tradução de Maria Aparecida Brab dini de Boni e Luis Alberto de Boni. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- SEHELLART, Michel. *Les arts de gouverner, du regimen médiéval au concept de gouvernement*. Paris: Editions du Seuil, 1995.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

STOLLEIS, Michael. *Stato e ragion di stato nella prima età moderna*. Collezione di testi e di studi. Bolonha: Il Mulino, 1998.

VIROLI, Maurizio. *O sorriso de Nicolau*. Tradução: Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista"*. São Paulo: Ática, 2008.